



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 52

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 6 DE ABRIL DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CALENDÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 30-66, no Senado Federal e nº 4.071-66, na Câmara dos Deputados — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos (FINABRA).

Projeto nº 60-67, no Senado Federal e nº 3.227-65, na Câmara dos Deputados — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no artigo 5º da Lei nº 1.046 de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.

Projeto nº 135-67, no Senado Federal e nº 121-67, na Câmara dos Deputados — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Raios-X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade.

DIA 25 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUINTA-FEIRA)

Projeto nº 58-67, no Senado Federal e nº 1.438-60, na Câmara dos Deputados — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação no País, de centrais telefônicas automáticas.

Projeto nº 117-67, no Senado Federal e nº 607-67, na Câmara dos Deputados — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho, no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região em Belém, Estado do Pará.

Projeto nº 1-68, no Senado Federal e nº 315-67, na Câmara dos Deputados — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais.

CALENDÁRIO PARA AS DISCUSSÕES DOS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 10-68 (CN) — Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, e dá outras providências.

DIA 23 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 11-68 (CN) — Altera a Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1963, Promoção de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

DIA 24 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 12-68 (CN) — Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 58 parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1938

Aprova o texto do Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao artigo 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao artigo 3º do Decreto-lei número 111, de 24 de janeiro de 1967.

Senado Federal, 5 de abril de 1968

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

ATA DA 39ª SESSÃO, EM 5 DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores

Senadores:

Adalberto Sena
José Guilomard
Oscar Passos
Alvaro Maia
Arthur Virgílio
Manoel Villaga
Argemiro de Figueiredo
Aloysio de Carvalho
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Nogueira da Gama
José Feliciano
Pedro Ludovico
Bezerra Neto.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Gilberto Marinho, Presidente, nos termos do artigo 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº 24, DE 1968

Aposenta Lydia das Dóres Matta, Enfermeira, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentada, nos termos dos artigos 100, § 1º e 101, item I, alínea "a", da Constituição do Brasil, combinados com os artigos 349 da Resolução nº 6 de 1960 e 1º da Resolução nº 16 de 1963 mais a gratificação adicional a que faz jus a Enfermeira PL-7 do Quadro da Secretaria do Senado Lydia das Dóres Matta.

Senado Federal, 5 de abril de 1968

GILBERTO MARINHO
Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número

regimental declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor Segundo Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Senhor Primeiro Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS:

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, submetendo à revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara Nº 43, de 1968

(Nº 3.651-C-66, NA ORIGEM)

Regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Não será lícito a nenhuma pessoa física ou jurídica, quer de direito público ou privado, reter de ou trem os seguintes documentos de identificação, ainda que apresentados sob forma de públicas formas ou fotocópias autenticadas: certidão de registro civil, título de eleitor, carteira de identificação, certificado de reservação.

ta, carteira profissional, certidão de casamento, certidão de naturalização e carteira modelo 19 (dezenove).

Parágrafo único. Quando exigida a qualquer cidadão, brasileiro nato ou naturalizado ou estrangeiro, a apresentação dos documentos relacionados neste artigo, quem os exigir fará cópias dos mesmos os elementos de identificação que julgar necessários, devolvendo, em seguida, os documentos apresentados.

Art. 2º Somente à ordem dos órgãos do Poder Judiciário os documentos referidos no artigo anterior poderão ser retidos.

Art. 3º O responsável direto, pela pessoa jurídica de direito público ou privado que retiver de alguém os documentos relacionados no art. 1º ficará sujeito às penas de 1 (um) a 3 (três) meses de prisão ou multa de NCr\$ 0,50 a NCr\$ 3,00, na conformidade do artigo 5º da Lei nº 3.688, de 8 de outubro de 1941.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei da Câmara Nº 44, de 1968

(Nº 1.082-B-68, na origem)

Reajusta a pensão especial concedida a Nicolau Jairo, ex-extranumerário-diarista do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica majorada para o valor mensal correspondente ao maior salário-mínimo vigente no País a Pensão especial de NCr\$ 6,72 (seis cruzeiros novos e setenta e dois centavos), concedida pela Lei nº 4.420, de 29 de setembro de 1964, ao ex-extranumerário-diarista Nicolau Jairo, do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada ao pagamento de pensionistas da União.

Art. 3º A pensão a que se refere esta Lei, no caso de falecimento do beneficiário, será assegurada, a partir da data dessa ocorrência, à sua esposa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Comunicação do pronunciamento da Câmara sobre emendas do Senado e remessa de proposição à sanção:

Nº 1.473, de 4 do corrente mês — com referência à aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 418-B-59, na Câmara e nº 102-63, que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências. Projeto enviado à sanção em 4 de abril de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Sr. Presidente,

Comunico para os devidos fins, que me ausentarei do País por cerca de vinte dias, a partir do próximo dia 15 do corrente mês, a fim de integrar a Delegação do Senado no Grupo Brasileiro, que participará no Se-

negal. — Dakar, da reunião do Conselho da União Interparlamentar.

Aprova o o ensejo para renovar a V. Excia. meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1968. — Wilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) O expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 65-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôres, enviada pelo Ministério das Relações Exteriores;

Nº 161-68, de autoria do Senador Aarão Stöhrbruch, enviada pelo Ministério do Interior;

Nº 196-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério do Interior.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 318-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Agricultura;

Nº 319-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Fazenda;

Nº 320-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério da Fazenda;

Nº 321-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, ao Ministério do Interior.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há vários oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Dinarte Mariz. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Carlos Lindenberg. (Pausa.)

Também S. Exª não está presente. Tem a palavra, o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores nesta luta pela democratização plena de nosso País, luta que já levou ao sacrifício alguns jovens, fomos abalados por dois acontecimentos que enlutaram o mundo inteiro e o nosso País, particularmente.

O primeiro é o falecimento de um jornalista de qualidades excepcionais. Dêle poderíamos discordar, admirando, sempre, a leveza do seu estilo, a maneira como transmitia o seu pensamento, a cultura ímpar o seu interesse em resolver problemas que desafiavam a capacidade dos governantes.

Assis Chateaubriand deixou saudades no Brasil inteiro. O seu nome já havia ultrapassado as fronteiras da nossa Pátria. Professor, diplomata, agricultor, foi, antes de tudo, jornalista. Viveu e morreu jornalista. Diz-se do seu estilo inconfundível; se o estilo revela o homem, o de Assis Chateaubriand plenamente o revelava.

Sr. Presidente, não me vou deter na análise deste admirável vulto da cultura brasileira que acabamos de

perder. Já há requerimento formulando pelo nobre Senador pela Paraíba, Argemiro de Figueiredo, no sentido de que preste o Senado as homenagens a que faz jus Assis Chateaubriand. Vou esperar, portanto, o momento em que ouviremos, em nome do MDB, em nome da ARENA e em nome do Senado, a voz de Argemiro de Figueiredo que, com maestria, traçará o perfil do ilustre morto e apresentará as condolências à família, principalmente à família da Imprensa Livre do nosso País.

O mundo, também, foi abalado com o assassinio frio do pastor negro Luther King, prêmio Nobel da Paz. Equipara-se aquela figura à de John Kennedy e à de Abraham Lincoln. Não há exagero nessa afirmativa. Se Lincoln lutou e morreu na defesa da integração racial na Norte-américa, infelizmente o racismo, a segregação racial continuavam naquele admirável país. E depois dele surgiram diversos campeões integracionistas, mas nenhum deles superou a figura daquele notável homem de cor que foi Luther King. Equipara-se a sua figura ao campeão das liberdades indianas, Ghandi. A sua bandeira era a da pacificação da família norte-americana, pela evolução, pela palavra de paz contra a violência, contra a desordem. As grandes marchas de negros norte-americanos, acompanhadas de multidões de brancos, já impressionados pela desagregação que se notava no seu País, eram chefiadas por Luther King.

Inimigo da violência, as multidões o seguiam. O mundo reconheceu o seu valor, quando lhe foi concedido o Prêmio Nobel da Paz honra máxima que qualquer um, neste mundo, qualquer estadista desejaria receber.

Sr. Presidente, se o Brasil inteiro chora um estudante, o assassinio frio de um jovem, que comoveu e ainda comove a Nação inteira, comovida também ficou esta nação humanista com a notícia da morte natural de Assis Chateaubriand e da morte, pela violência, do pastor negro norte-americano.

Que o sangue do jovem brasileiro e o do negro norte-americano sirvam de adubo à planta das liberdades democráticas, sirvam para a união dos homens em torno dos grandes princípios que valorizam a criatura feita à imagem e semelhança da própria Divindade.

Tenho a certeza de que o Senado Federal unanimemente, presta homenagem póstuma a esses três cidadãos do mundo, que se sacrificaram ou foram sacrificados por princípios. Todos amavam a liberdade; todos amavam a Democracia, defendiam-na, todos eles, à maneira de cada qual.

Sr. Presidente e nobres Senadores, esperamos que os detentores do Poder, em qualquer parte da terra, entendam, compreendam, sintam a tragédia do mundo, irrequeto e inconformado, apresentem soluções, realizem programas que venham ao encontro dos anseios de todos os povos.

Abroindo os jornais de hoje, do Rio de Janeiro, sentimos náuseas diante da brutalidade, da violência contra sacerdotes, contra populares, contra jovens, contra a própria imprensa, contra esses repórteres heróicos des-

temidos que, no cumprimento do dever procuravam levar ao país e ao mundo notícias verdadeiras, legítimas, dos acontecimentos que ali se desenrolavam, na nossa Guanabara.

Sr. Presidente, que reflitam os poderosos, que reflitam todos nos acontecimentos que são universais para uma nova tomada de posição.

Denton Jobim, que ao lado doutros jornalistas tão bem vem interpretando os últimos acontecimentos, neste artigo, que revela um grande coração e uma pena de mestre analisa os últimos fatos da vida deste País, da Guanabara, e manifesta a sua esperança de que o equilíbrio, o bom senso e a lucidez predominem agora, porque está provado e comprovado que a nossa juventude não deseja o derramamento do sangue de ninguém. Portou-se — vejo-o pela leitura de todos os jornais, de "O Globo", "Correio da Manhã", "Diário de Notícias", "Última Hora", todos os jornais que conseguimos ler, hoje — com aquela bravura cívica que não provoca, com aquela bravura natural do moço que se revela no idealismo, na defesa de princípios.

Então, os responsáveis pela ordem e pelo desenvolvimento do País, particularmente os líderes militares esclarecidos, têm, agora, como verificar que, da parte da mocidade não existe qualquer perigo, porque o que ela deseja é através de uma luta pacífica, embora firme, e há de conseguir, hoje ou amanhã.

Sr. Presidente, as homenagens do Movimento Democrático Brasileiro às figuras desaparecidas — do Pastor negro Luther King e do grande jornalista pernambucano, brasileiro internacional que foi Assis Chateaubriand — e as nossas homenagens à juventude pela maneira como se portou, sem provocar, cumprindo seu dever e dando um testemunho do seu esclarecimento e da sua compreensão dos problemas nos quais está mergulhado o nosso País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Com a palavra o Senador Mário Martins. (Pausa.)

Não está presente.

Com a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, há para todos nós, no dia de hoje, motivos de grande tristeza, de acabrunhamento de pesar: Faleceu um grande jornalista, fundador de uma poderosa cadeia de emissoras, de rádio, televisão e jornais. Homem de notável cultura e extraordinário talento que deixou um traço marcante na vida intelectual, jornalística, deste País, com atividades diversificadas, em vários setores jornalista, diplomata, homem de empresas, homem de pensamento; por mais que possamos discordar de posições assumidas, durante sua longa atividade pública, pelo jornalista e embaixador Assis Chateaubriand, ninguém lhe poderá negar, no entanto, esses valores que marcam a personalidade que formam um nome na história de um país e que o projetam para o futuro, mesmo discutido, mas como exemplo. E Chateaubriand foi, irrecusavelmente, Senhor Presidente, um desses homens.

Atuando na imprensa, até nos últimos momentos de sua existência ainda ditava os seus artigos com absoluta e plena lucidez ao abordar os problemas que afetam a vida desta nação ou que interessam à comunidade mundial.

Presto, Sr. Presidente, inicialmente esta homenagem à memória do grande morto, não me estendendo porque já há requerimento que transforma a sessão em homenagem a esse lutador da imprensa e da cultura, feito pelo nobre Senador Argemiro de Figueiredo, e a Martin Luther King em requerimento feito por mim, na oportu-

tunidade de cuja discussão usarei novamente a tribuna.

Outro fato, Sr. Presidente, que nos constrange, nos entristece nos magoa, nos fere profundamente, é abrir os jornais de hoje do Estado da Guanabara e ler e ver o que ocorreu naquela cidade-Estado.

E' lamentável Sr. Presidente que as nossas mais caras tradições, que os nossos mais arraigados fundamentos sentimentais estejam sendo, nesta hora, desprezados e pisoteados.

Em Recife, beaguins invadiram uma igreja para alvejar moços que ali estavam conversando com o Arcebispo na busca de uma solução pacífica para os desentendimentos entre estudantes e autoridades no Estado de Pernambuco.

Ainda ontem, Sr. Presidente, o espetáculo da Guanabara foi de bestialidade, de hediondez, quando sem qualquer motivo, sem qualquer provocação, sem que os estudantes dessem ensejo a repressão, cavalariões da Polícia Militar investiram contra todos e contra todos não com o objetivo de dispersar manifestações, não com o propósito de manter a ordem, mas tão simplesmente para espalheirar, para ferir, para humilhar.

Todos os jornais, sem exceção de um só, condenam os abomináveis acontecimentos. Mesmo aqueles órgãos que apóiam o Governo, que lhe dão cobertura como por exemplo o "Jornal do Brasil", estão verberando, estão condenando, estão proflagando as violências inomináveis. Sr. Presidente, que ocorreram no Estado da Guanabara.

Um repórter do "Jornal do Brasil" por exemplo, como repórteres de outros jornais no exercício legítimo da sua missão de informar, do seu dever profissional, foram quase trucidados por esses homens que se deixam levar pelo ódio, pelo rancor, pelo desejo de vingança em que se lançaram ontem contra a pacífica população do Estado da Guanabara.

Sr. Presidente, não sei até onde querem levar este país, não sei até que ponto pretendem contribuir para a desunião que já está imperando, não sei se esses grupos minoritários que estão atuando e que estão dominando e que estão influenciando desejam que esta Nação se conflague para transformá-la num campo de luta fratricida e irracional. Não sei, Senhor Presidente, mas a verdade é que estão fechando todas as portas para o entendimento. Estão abrindo fossos imensos para a compreensão, evidenciando o propósito de manter o país assim, tra paralisado pela inquietude, ora paralisado pelo medo, ora dividido em disputas que nada produzem, que nada realizam e a não ser a paralisção no trabalho útil do povo brasileiro.

E nesse levar a cabo de comportas, Sr. Presidente poderão abrir uma opção que os homens sensatos não desejam. Poderão colocar a todos nós diante de uma escolha ou Treblinka ou o Gueto de Varsóvia. Porque, Sr. Presidente, há de chegar o momento em que o povo irá escolher se será esmagada todas as suas liberdades, todas as seus direitos, com a passividade dos judeus de Treblinka ou se perderá esses direitos, se perderá essas liberdades mas como os judeus do Gueto de Varsóvia: na luta, que poderá, pelo menos, produzir algum resultado.

Sr. Presidente, muitos de nós têm procurado colaborar não colocando lenha na fogueira, fazendo pronunciamentos, contatos, apelo, para um entendimento, para o bom senso, para a compreensão dos responsáveis pelos destinos deste país. Mas esses apelos têm sido em vão. O que houve na Guanabara é uma demonstração disso, Sr. Presidente. Os moços se conduziram com irrepreensível compostura nas manifestações de pesar pelo colega que tombara trucidado miseravelmente no restaurante do Calabouço. Foram a um ato piedoso e cristão exorar pela alma dessa vítima

jovem que não poderá prestar os serviços que desejava a esta nação pelo esforço que dispndia, pobre, quase sem recursos, lavando chão, lavando pratos para poder preparar-se intelectualmente e servir ao país. Pois esse ato de piedade cristã, num país que é o maior entre as nações católicas do mundo, esse ato de piedade cristã provocou aquelas cenas de vandalismo, de violência, de estupidez e de brutalidade que os jornais registram hoje em inúmeras e inúmeras páginas. Há aqui, por exemplo, no "Jornal do Brasil", uma cena absolutamente degradante: uma facinora armado pela sociedade, um sicário transformado em defensor da lei e da ordem a pisotear uma moça caída no chão, cenas que revoltam, que indignam, que aviltam nossos foros de país civilizado; cenas que nos rebaixam no exterior, e nos colocam em posição sub-povos que vivem sob o arbítrio da força, da prepotência da estupidez. E calar diante disto, não é possível. Se não querem ouvir protestos, terminem com a prepotência e o império da violência; se não querem ouvir críticas, retomem o diálogo com aqueles que têm o direito de parlamentar com o Governo, de clamar pelas suas reivindicações, de pedir por direitos seus e que são legítimos. Se não querem protestos e críticas que redemocratizem de vez este País, e acabem com a farsa de falar em liberdade, em direitos do homem e, do mesmo passo manter a nação sob um clima que não aproveita a ninguém e que apenas causa atraso, desconfiança e desunião.

Sr. Presidente, declarei que não concorreria com palavrões e atos para o acirramento da crise. Tenho usado desta tribuna apenas para apreciar a conjuntura nacional. Tenho me esforçado para ser comedido nas minhas apreciações. Mas não posso, sem fugir de mim mesmo, sem receber uma repressão de mim mesmo, não posso silenciar diante dessas cenas de bestialidade que ocorreram na Guanabara, contra estudantes, contra a população indiscriminadamente, contra profissionais da imprensa no exercício e no cumprimento do seu dever profissional.

Virão outras notas: é o movimento comunista internacional articulado. Virão outras explicações: os estudantes estavam acalorados por agitadores profissionais. Mas, se esses que falam essa linguagem Sr. Presidente, sabem que é assim, estão convictos disso, por que não prendem logo os agitadores profissionais, já identificados certamente pelo SNI, impedindo-os de participar da agitação? Por que não dão o nome desses agitadores, não cobrem a sua atuação, a fim de que eles não deformem as manifestações justas da nossa mocidade?

Não Sr. Presidente, o que se deu, o que se está verificando, o que se desgraciadamente, as nossas forças armadas se deixaram impressionar, de boa-fé, por uma campanha subliminar, que dominou este País, dando a impressão de ele encontrar-se quase a sucumbir nas garras do comunismo internacional.

Alguns atos insensatos, reconheço, do Governo que foi coposto; algumas medidas praticadas que provocaram discussões no seio das classes armadas, contribuíram também para tudo isso. Então Sr. Presidente, aqueles que de fora privilegiados, gananciosos em detrimento do progresso deste País e do bem-estar do seu povo; os que vivem na fortuna e na riqueza à custa do sofrimento de milhões e milhões de brasileiros, estão usando a partilha do comunismo para a manutenção de suas posições privilegiadas.

E vem comunismo em tudo. Quando o estudante quer um Calabouço mais higiénico, e comida mais farta, é comunismo; quando o operário protesta contra o arrocho salarial que o faz ver seus dependentes morrerem à míngua de recursos, é comunismo; quando o lavrador se revolta contra o

regime semifeudal em que vive, é comunismo; quando o funcionário, que também já não resiste mais às pressões da elevação do custo de vida, se revolta, é comunismo.

Os privilegiados, a minoria privilegiada não se sensibilizam com esses quadros que nos cercam. Crianças que se criam nas ruas apenas para o crime ou para a morte precoce; marginalização de milhões de brasileiros transformados em peso morto, que não contribuem, não participam do nosso esforço pelo desenvolvimento, porque a maioria deles não conhece, sequer, o que seja regime monetário.

Os privilegiados não se sensibilizam com isso. Têm mesa farta, esbanjam no luxo, tripudiam sobre a miséria, na exacerbação dos gastos, e se julgam tranquilos. Felizes e tranquilos. Mas até quando? Até quando a massa sofredora suportará este estado de coisas? Até quando a maioria tolerará ver-se espezinhada em seus direitos em suas prerrogativas sobre a vida e sobre o trabalho; até quando? — Ninguém sabe, Sr. Presidente. Não sei para onde nos estão conduzindo os acontecimentos. Poderá vir amanhã, uma medida de força, dessas que já estão sendo anunciadas: estado de sítio, ato institucional ou Ditadura sem máscara. Poderão dominar os anseios e as aspirações deste povo pela violência, e pela força. Terão cometido um crime que a História irá registrar e terão plantado a semente da divisão, de resultados imprevisíveis neste país.

Notem os homens com responsabilidade, as transformações que estão ocorrendo no Vaticano; assinalem a atual posição da Igreja; vejam os rumos que a tradicional Igreja de Jesus Cristo está tomando no mundo. Já não, como no passado a mesa do dono de escravos enquanto aqueles seres humanos apodreciam nas senzalas; já não se regalando e confraternizando com os que exploravam o trabalho humano; já não pactuando com o egoísmo que permitiu ao longo dos séculos, e continua permitindo que homens transformassem outros homens em servos. A Igreja hoje, pela atuação de João XXIII e Paulo VI, retomou os seus princípios e os seus fundamentos. Hoje é a Igreja que prega, realmente, a doutrina do doce "Reino da Califórnia"; é a Igreja de pés descalços pelas estradas, a pregar o amor e a salvação das almas mas também a se preocupar com a fome, a miséria e a desgraça que a cercam.

E' a Igreja desses Papas que estão terminando com a pampa, com a riqueza, com o luxo; que estão, a par da pregação espiritual, olhando o lado social do problema do homem que não pode, em verdade, ser desprezado.

Por que, Sr. Presidente? Porque, ou a Igreja agirá assim ou perderá a confiança dos seus fiéis; ou procura atrair para o seu rebanho essas ovelhas solitárias, ou deixaria que elas se juntassem aos que acenam com a melhoria das condições de vida mas com o esmagamento de todas as liberdades.

E' um exemplo que provoca lágrimas, que provoca meditações, que deve servir de norte para a conduta dos homens que tem funções de responsabilidade neste País.

Sr. Presidente, morreu jovem, Edson Luis, 17 anos apenas, repito, a idade do meu filho mais novo. É uma mãe em Belém do Pará, mulher pobre humilde, chorando essa morte. Está a Nação, por inteiro, traumatizada ante a hediondez do crime. Mas não querem ver, e, afrontosamente, colegas daqueles que foram os assassinos desse moço tem cobertura para provocar as cenas que ontem ocorreram no Estado da Guanabara.

Sr. Presidente, como declarei, estou procurando conter-me.

O Sr. Josephat Marinho — Permite-se V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Com muito prazer!

O Sr. Josephat Marinho — E' evidente que, ao condenar as brutais violências ontem verificadas no Rio de Janeiro, V. Ex.^a fala em nome de quantos não admitem se pratique o crime em nome da ordem. Mas o que ontem se verificou na Guanabara é tanto mais desprezível quanto se caracterizou pela violência indiscriminada, como uma forma de covardia torpe.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Violência que ressaltou, eminente Senador Josephat Marinho, ainda há pouco, ao mostrar ao Senado uma fotografia publicada no "Jornal do Brasil", na qual aparece uma jovem atirada ao chão, pisoteada pelos cavalariões da polícia militar, homens que dão a impressão de não serem filhos, não serem pais! Homens que dão a impressão de estarem dominados por um ódio vesânico irracional que lhes tira toda e qualquer característica humana! Homens que, sem qualquer medo de estar avançando no conceito — classificação de verdadeiras facinoras, e que recebem dinheiro do contribuinte, como se defensores fossem da sociedade!

Mas, Sr. Presidente, mais uma vez, faço apelo ao entendimento e à paz. Esta Nação não pode continuar vivendo esse estado de coisas! Não pode admitir que esta desunião se aprofunde; que a luta seja acirrada, que o país se transforme num verdadeiro campo de batalha! A força poderá dominar, mas não aviltará o povo. Aviltará sem aqueles que a usaram. Poderão implantar a ditadura, mas o povo e a Nação que são eternos, continuarão, enquanto que os ditadores ficarão marcados indelévelmente, na História.

Meditem sobre isso e busquem as autoridades — soluções dentro da compreensão, do entendimento, da humildade — que não diminui ninguém, sobretudo quando o humilde é aquele que tem a força. Já cinco vítimas destas lutas, cinco brasileiros que tombaram estupidamente.

Basta, Sr. Presidente, isso deve mover, deve tocar a nós de sensibilidade cristã ou mesmo agnóstica: não são cristãos ou ateus. Foi uma morte ingloria, uma morte sem motivos, morte que apenas enriqueceu uma sociedade que se afirma cristã e ocidental.

Busquem o entendimento. Nós da Oposição estamos dispostos a isso. Ontem, ainda antes de cobermos da ideia dessa chamada Comissão de Alto Nível, eu exortava o eminente colega Senador Mem de Sá a que, com sua autoridade de democrata, de ex-Ministro e de Senador, buscasse os termos de um entendimento. Mas, da Oposição daríamos cobertura a movimentos desta natureza.

E já, já os jornais noticiam a ideia de formação de uma Comissão de alto nível, integrada por personalidades do mais alto conceito, nesta Nação, em busca de um entendimento suscetível de fazer cessar este diálogo entre Governo e estudantes e, já agora, entre Governo e povo.

E hoje, Sr. Presidente isto é o que eu desejo.

Não gostarei de voltar a esta tribuna para lamentar outras mortes, outras Edson Luis. Não gostarei de ocupar esta alta tribuna do Senado, com a voz embargada pela emoção, trilhando pela tristeza, esmagado pela mágoa, para vir proferir palavras de sentimentos, porque outros jovens patriotas nossos tenham tombado nas ruas por falta desta compreensão, deste entendimento, deste diálogo.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência um aparte? (Assentimento do orador) Uma coisa é certa e quero defini-la independente da análise dos acontecimentos desses últimos dias, sem atrever-se a entrar no mérito de julgar responsabilidade

des. Uma coisa é certa e V. Ex.^a está acentuando muito bem: impõe-se de uma forma urgente, imperativamente, que o Brasil entre no ambiente de entendimento, de harmonia, de diálogo e de compreensão. O que, sobretudo, me preocupa e me conturba o espírito é verificar esse fôssco, esse abismo que se cava entre as novas e as velhas gerações. Os moços de hoje, infelizmente, não querem mais ter entendimento com as gerações anteriores mesmo os que, como Vossa Excelência, com tanta energia e com tanta veemência, estão combatendo o Governo em face das violências por eles sofridas. E' preciso, a meu ver, um esforço coletivo do Governo, sobretudo das mais altas autoridades do Governo, a começar pelo Presidente da República e pelo Ministro da Justiça com os políticos, com os líderes dos diversos partidos, com os intelectuais com os professores. E' preciso um esforço conjunto para que as cenas dessas últimas semanas tenham cobro, tenham fim. Estou com mais de sessenta anos e agora mesmo conversava com os Senadores Filinto Müller e Aloysio de Carvalho que, como eu, militam em política há mais de quarenta anos, sobre fatos semelhantes, igualmente deploráveis, igualmente revoltantes, perpetrados em 1922, 1924, 1930 e 1932, por todas essas décadas. Mas, não é possível que o Brasil continue ainda usando os mesmos métodos que eu sofri quando tinha 17 anos e que V. Ex.^a também sofreu quando tinha essa idade. E' preciso que o Brasil retome o seu desenvolvimento, pelo menos em matéria de pacificação de espíritos e de processos de condução dos problemas da mocidade brasileira. Penso que para esse objetivo não pode haver partidos. Devemos cerrar os braços e atacar preconceitos facciosos para pensar apenas no destino que aguarda este País, com uma mocidade que desperta, envolta nas mais negras e violentas reações de vingança e de tentativa de resolver os problemas por outros meios que não os da lei, da compreensão e da democracia. Para essa filialidade V. Ex.^a terá o apoio, estou certo, de todos os homens bem informados, de todos os líderes bem intencionados deste País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

V. Ex.^a honra meu discurso com seu aparte, com essas observações que não revelam, mas reafirmam, o homem de sensibilidade, o homem de visão que o Senado respeita, estima e admira. (Muito bem.)

Em verdade, não podemos conceber o retorno a esses métodos a que V. Ex.^a se referiu e que eram os de 1922, 1924 e 1930, métodos que foram sentidos por V. Ex.^a e que não foram sentidos por mim, repito, porque, durante o Estado Novo, estive à frente do Governo do Amazonas um democrata, o meu hoje colega Senador Alvaro Maia, que permitiu que eu, entre muitos, desafiasse a ditadura. Mas poderia ter sofrido por causa desses métodos, desses processos, se o interventor fôsse outro. Mas, quantos jovens neste País não o sofreram? Quantos jovens neste País, como V. Ex.^a, ao manifestar o seu anseio de liberdade, ao profligar aquilo que consideravam errado e, às vezes, com os excessos próprios da imaturidade da juventude, quantos não foram pisoteados pela cavalaria, quantos não foram espedaçados, quantos não foram até trucidados e mortos?

Sr. Presidente, o fecho do meu discurso será a reafirmação desse apelo. Somos homens de responsabilidade. Não desejamos e não queremos a permanência deste clima, que não aproveita ao seu progresso ou ao seu desenvolvimento e à paz social.

Mas que meditem mais ainda sobre isto aqueles que têm o poder na mão e que até agora, ao que tudo indica, parece que julgam que a força será a única solução, quando a força não

conduzirá a nada — só permitirá estas tristes cenas, só paralisará o nosso progresso, só fará a desunção que talvez seja fatal para os destinos da Pátria Brasileira.

Sr. Presidente, com estas palavras encerro minhas considerações, protestando contra o que houve na Guanabara, condenando aquelas arbitrariedades e a hediondez do comportamento da Polícia Militar e, ao mesmo tempo, convocando a todos para o entendimento, para a harmonia, para a paz. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas dois minutos para ler um documento que acho oportuno seja conhecido da Casa. Trata-se de um cartão dirigido pelo Ministro do Exército a um funcionário desta Casa. E' o Ministro do Exército que assim se dirige a um funcionário do Senado, Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Vice-Diretor Geral Legislativo do Senado Federal:

"Aqui vai o meu abraço de agradecimento pelo seu artigo no 'Correio Braziliense'. Li-o com a maior atenção, inclusive por tratar-se de assunto do meu interesse. E observo, com prazer, que o Sr. apreciou e comentou o que eu disse no Senado, com a sinceridade e o espírito que a Casa me merece, ao Ministro e a mim pessoalmente.

Abraça-o, muito agradecido o seu admirador. — Aurélio de Lyra Tavares."

Sr. Presidente, achei por bem pedir dois minutos de atenção desta Casa, para a leitura deste documento, numa hora em que tanto se fala da agressividade das autoridades constituídas, porque repousa exatamente a ordem pública sobre a responsabilidade de quase que direta do homem que manda este cartão tão expressivo e cordial a um funcionário desta Casa, fazendo alusões tão gratas a todos nós, que aqui servimos.

Achei por bem, Sr. Presidente, que a Casa tomasse conhecimento desse documento, para que também a História registre o espírito democrático das autoridades constituídas, na pessoa daquele que dirige o setor incumbido da ordem pública em nosso País. Realmente, S. Ex.^a o Sr. Ministro do Exército comprova ser um homem democrata, quando se refere a esta Casa nos termos que acabei de ler.

Não podia o Chefe do Exército, nesta ocasião, dar maior demonstração de apreço ao Senado da República, embora indiretamente e por isso mesmo mais significativo, do que dirigir-se a um funcionário, para agradecer o artigo por este escrito sobre sua visita a esta Casa. Não poderia S. Ex.^a tocar mais de perto nossa sensibilidade, do que desta maneira, tão grata para todos nós.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que cumpro um dever para com o Senado.

Na hora das paixões, na hora em que os noticiários dos jornais servem de bandeira para tudo, na hora em que, ao invés de se invocar os acontecimentos mais testemunhados, recorre-se à leitura dos jornais, nesta hora está aqui a palavra do Chefe do Exército, demonstrando o apreço que tem por esta Casa. Baseados nestas palavras, podemos verificar o exagero na maneira de julgar dos partidos da Oposição, em relação ao atual Governo da República.

E' o chefe do Exército, é o seu Ministro, é o homem encarregado da ordem pública, neste País, que aqui já esteve, honrando esta Casa com a sua presença e trazendo, nas suas palavras, uma espécie de ânimo para aqueles que estavam descrentes do sistema democrático, que novamente

se manifesta de maneira a não deixar dúvida sobre sua fé na democracia.

Com estas palavras, Sr. Presidente, rendo ao Exército brasileiro, na pessoa do seu chefe, do seu Ministro, as homenagens que todos os bons patriotas deste País devem render em horas como esta. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há requerimento sobre a mesa, de autoria do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, e suscitado por numerosos Srs. Senadores.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 328, de 1968

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 212, II, letra "c" do Regimento Interno, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, do ex-Senador Assis Chateaubriand, figura de remarcada projeção nos meios políticos e culturais do País.

Jornalista de méritos incontestes, diplomata, professor universitário e homem de empresa, o ilustre paraiaba que tanto honrou esta Casa, deve merecer-nos todas as homenagens que ora requeremos.

Requeiro, ainda, se faça o Senado representar nos seus funerais, por uma Comissão Especial de três membros.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1963 — Argemiro de Figueiredo. — Filinto Müller. — Gilberto Marinho. — Dinarte Mariz. — Oscar Passos. — Nogueira da Gama. — Pessoa de Queiroz. — Eurico Rezende. — Mandel Villaga. — Aloysio Carvalho. — Josahat Marinho. — José Guimard. — Mem de Sá. — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento lido depende da votação de apenas 17 Srs. Senadores.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o primeiro signatário, autor do requerimento, Sr. Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Lê o seguinte discurso — Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente, já é do conhecimento de Vossa Excelência e de toda nação a notícia do falecimento de Assis Chateaubriand. Não venho trazer a biografia do grande morto. E nem me seria possível fazê-lo, sem um prévio estudo de sua vida, que foi um desdobramento complexo de atividades as mais variadas, difíceis, portanto, de arrolar, numa sequência lógica para definir o rumo, o pensamento e a ação de um Homem-gênio. Jornalista, não me seria difícil, marcar-lhe a personalidade, se a esse setor de atividade, ele houvesse dedicado o seu labor incessante, desde os seus primeiros escritos de ensaio até o aperfeiçoamento técnico e científico dos conhecimentos, que seriam suficientes para enaltece-lo, com justiça e alca-lo à glória da imortalidade. Mas, não o encontramos apenas nesse ângulo de trabalho, que, por si só, consome a vida de um homem forte e normal, absorvendo-lhe todo o potencial de atividades criadoras. Realmente, Sr. Presidente, enquanto vemos Assos Chateaubriand subir, sem igual, nas atividades jornalísticas, escrevendo, sem parar, sobre acontecimentos do país e do mundo, fundando jornais, criando a poderosa cadeia dos Diários Associados, montando estações de rádio, nas grandes capitais dos Estados e até em cidades do interior destes, ficamos atônitos, sem saber defini-los, quando o encontramos, liderando com sabedoria e esforço, iniciativas outras, da mais impressionante significação, mas, ao mesmo tempo, diversas e até antagônicas, com a vida gloriosa de um jornalista.

E' assim que ele junta ao trabalho do jornalismo a atividade pelo desenvolvimento da Aviação em todo território nacional, abrindo campos de pouso, fundando aéro-clubes, dando aviões e comandando essa campanha que empolgou a nação e se coroou do mais completo êxito. Ai, porém, não ficou o Homem, Sr. Presidente. Sem abandonar as atividades anteriores, o jornalista indomito e insuperável, o chefe da expansão aviatória, atira-se à luta pelo desenvolvimento da economia nacional, estudando os nossos problemas, em todos os setores, combatendo erros e distorções, entrando em minúcias e detalhes, que só os economistas de grande porte poderiam conhecê-las e senti-las. Adiante, Sr. Presidente, lá está o Assis político, liberal, democrata, arguto, lutando com bravura espetacular pela vitória dos seus princípios, sempre luminosos e verdadeiros. Não é só. Ele é também agricultor e pecuarista. Lavra os campos, mecaniza a lavoura, irriga as terras, combate as pragas, seleciona os rebanhos, numa atividade de pioneirismo exemplar que supera o esforço e a capacidade técnica dos órgãos especializados do governo. Mas, adiante, Sr. Presidente, lá está o Senador, tempestuoso e brilhante, marcando a sua passagem pelo Senado da República. E não fica aí. O Assis apaixonado, arrebatador, humilde, que honrou o Senado, passa a ser o Embaixador singular, sereno, nobre, dinâmico, representando o Brasil na velha e gloriosa Inglaterra.

O Homem tinha vocação para tudo, Sr. Presidente. E em tudo era maior que os outros. Confesso a Vossa Excelência que não sei defini-lo. Ele não era um homem normal porque tinha a anormalidade dos gênios. Mas transcendia da categoria dos gênios para ser um gênio singular.

Há na humanidade gênios que engrandeceram as ciências, as letras e as artes. Cada um, porém, ocupando um setor de atividades e iniciativas. Assis combatia em todas as frentes. Agitava todos os problemas. Era, ao mesmo tempo, político, jornalista, agricultor, economista, financista, diplomata. E nesse tumulto de atividades complexas e contraditórias, como poder defini-lo, Sr. Presidente? Bem que ele poderia nos ter legado esse subsídio, definindo a sua própria personalidade.

Foi um gigante do pensamento e da ação. Neste país, ninguém o excedeu na passagem pela vida. Era paraiabano. Mas logo nos roubaram a glória de possuí-lo para incorporá-lo ao patrimônio da grandeza nacional.

Na última etapa de sua vida, hemimléico falando com dificuldades dramáticas, movendo-se numa cadeira de rodas, ainda nessa fase, Senhor Presidente, Assis Chateaubriand foi diferente dos outros homens.

Lutava contra a morte com bravura espetacular e comovedora. E venceu a morte em várias investidas da moléstia que o fulminou. Escreveu até o fim. E como morreu escrevendo, talvez que ele gostasse, se ouvir me pudesse, que eu concluísse esta homenagem com a maior simplicidade, dizendo apenas — a Pátria perdeu o jornalista Assis Chateaubriand. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Com a palavra, o nobre Senador Eurico Ribeiro.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nesta hora de luto nacional e, na oportunidade em que se encaminha a votação do requerimento de autoria do eminente Senador Argemiro de Figueiredo, desejo, com sinceridade e

tal emoção, expressar o sentimento ARENA e do Governo Federal. Assis Chateaubriand, depois de um longo e iluminado sofrimento, no curso de oito anos de lutas desespe- radas, ingressou no reinado das som- bras eternas.

Não seria possível, assim, no pouco tempo regimental, fazermos um rela- to e isto seria sempre imperfeito se o tentássemos, em virtude da diversi- ficção e, mais do que isto, da multi- ficção assombrosa dos ângulos da personalidade, das facetas do seu estino, e, sobretudo, das constantes afirmações da sua vida e da sua obra. A crônica do seu merecimento e a história do seu valor se cifraram e se engrandeceram na etapa e nas ofici- as do mérito. Tornou-se ele conhe- cido, no panorama cultural deste País, através de aplaudido e memo- rável concurso público que o colocou o altiplano de uma universidade. Imo-lo, depois, Sr. Presidente, e daí or diante a nossa geração é testemunha, no pioneirismo e na campai- nha, em prol da implantação de aéro- ubes, marcando e descontinando uma ra de grande benemerência, na pro- fissão e no aprendizado aeronáutico, acilitando o desenvolvimento dos meios de transportes, principalmente o interior do Brasil.

Contemplamos o seu esforço bene- mérito e a sua pertinácia comoven- e na luta que desenvolveu, luta tam- ém marcada e dignificada pelo pio- eirismo, em favor da seleção e do perfeição dos nossos tipos de afé e, com isso, se esforçando para melhoria dos padrões da nossa eco- nomia nos mercados do mundo.

Vimo-lo, depois, no estímulo, na onquista e na criação de um verda- eiro patrimônio artístico nacional. ôde ele oferecer o seu trabalho apos- olar, ao portentoso Museu de Arte moderna de São Paulo, obra sua e notivo de orgulho para todos os bra- leiros.

Mas o peregrino, não descansaria amais e, numa variação surpreندن- e, dando provas, mais uma vez, como e outras tantas não bastassem, da ua inquietação patriótica, em obsé- uio do desenvolvimento nacional, ex- rapola ele as fronteiras, do seu pró- prio convício profissional e por corte o mundo. E de vários países drena re- cursos técnicos e recursos financeiros para o fomento da agropecuária bra- ileira.

Mas, se a sua inteligência sempre apitou e manifestou vigorosa, o seu oração, num paralelismo que há de nerrecer sempre o respeito da nossa história, se traduziu no amor ao pró- ximo, nas lições da solidariedade hu- mana, da assistência social e da filan- ropia, espalhando por este País pos- os de puericultura que marcaram época e que tiveram, sobretudo, o dom le substituir e de compensar a ausên- cia governamental na geografia in- eriorana desta Pátria.

Assistimos, Sr. Presidente e Senho- res Senadores, a vitória do seu ideal- ismo, vitória traduzida nesta verda- eira universidade de informação, de omunicação e de divulgação que é a nossa cadeia dos Diários e Emisso- ras Associados que, praticamente, cõ- preendem toda a geografia deste País de dimensões continentais.

Vimo-lo e sentimo-lo Senador da República pelo Estado do Maranhão e notamos, Sr. Presidente, not que, na época, vivíamos na cativa prov-íncia do Espírito Santo, pelo notí- cário das colunas da imprensa pelas vozes do rádio e imagens da te- ví- tã, que a sua atuação parlamentar teve como característica fundamental uma autenticidade de atitudes que podem ser igualladas mas que não podem ser superadas porque os seus pronunciamentos, quaisquer que fõ- sem as implicações e consequências da crítica, do protesto ou do loga, baseavam-se, exclusivamente, na esp- ontaneidade, na lealdade e no vigor

embatível das suas próprias convic- ções, pouco importando que ele vi- vesse cercado e batido pelo tornado da difamação, da injúria e da calú- nia. E pode recolher, no seu admirá- vel currículo, a certeza e o orgulho de haver participado, como represen- tante do Governo brasileiro, de um episódio singular na vida do mundo civilizado, que foi a coriação da Rai- nha da Inglaterra. E lá sobre pro- jetar, engrandecida, a imagem do nosso País, pelo seu talento, pela sua inteligência e, sobretudo, pelo seu de- sejo ardente de servir à sua terra e à sua gente.

Assistimos a tudo isto, Senhor Presidente, na vida e no dedola- mento do destino e da obra de Assis Chateaubriand. Mas não assistimos nunca ao seu descanso, porque aquê- le gerreiro jamais teve repouso, ja- mais teve sono e, em toda a sua vida, foi um Líder autêntico. Nas proxi- midades da morte conduzia-se com heroísmo — reconfortado, por certo, não apenas pelas bênçãos dos seus pelo gesto espiritual dos seus familia- res e dos seus amigos, mas, sobretudo, pela certeza mil vezes bendita do de- ver exemplarmente cumprido — toda vez que surgia o grosso das crises a ameaçar sua saúde: mas, quando na- via o adiamto da tempestade, um sorriso lhe aflorava aos lábios. Dava admirável lição de otimismo e de ale- gria de viver.

Quero dizer que foi uma vida útil ao seu povo e à sua Pátria a que to- das as homenagens à sua memória podem ser tantas, mas serão sempre poucas para coroar e para enaltecer o seu valor e os impulsos de sua be- nemerência patriótica.

Deus guarde sua alma, ao que a Pátria agradecida conservará seu no- me e sua memória! (Muito bem. Mu- to bem).

O SR. EDMUNDO LEVI:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a pa- lavra V. Exa.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, há homens com os quais sempre se concorda, dos quais muitas vezes po- demos discordar mas que nunca po- demos deixar de admirar. Chateau- briand foi um desses vultos extraor- dinários, que provocam, na passagem em que estendem a sua atividade, contrastes de opiniões choques do ju- zamento, mas que sempre despertam de inimigos e adversários, a admira- ção que todos sentem pelos grandes realizadores.

A sua vida multimoda atingiu até o Amazonas, e, neste instante, em que toda a Pátria manifesta o sentimen- to por essa perda irreparável creio, seria oportuno, como já o fez o emi- nente Senador Arthur Virgílio, que a voz do Amazonas também expressas- se a dor, a mágoa e o pesar de todos quanto lá, no lingoço Estado, habi- tuaram-se a discordar ou a conce- dar, mas sempre a admirar Assis Chateaubriand.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Sena- dores, com essas mínimas palavras, quero testemunhar à Nação o senti- mento do Amazonas pela perda que toda a pátria na sua unanimidade, acaba de sofrer. (Muito bem!)

O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a pa- lavra o Sr. Senador Nogueira da Gama.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, poucas palavras devo proferir, neste momento, também em homenagem ao grande jornalista bra-

sileiro, Assis Chateaubriand, ontem falecido em São Paulo.

Eu o faço, Sr. Presidente, certo de que represento o povo do meu Estado, as classes laboriosas da indústria e do comércio e da lavoura de Minas Gerais, onde ele, pela sua ação múlti- pla e dinâmica, sempre atuou da ma- neira a mais profícua para o pro- gresso e o desenvolvimento do meu Estado.

Disse o nobre Senador Argemiro de Figueiredo que Assis Chateaubriand, pelas grandes obras que realizou em nosso País incorporou-se ao patrimô- nio nacional.

Não é demais, entretanto, que eu procure realçar a grande contribui- ção que deu ele ao Estado de Minas Gerais, onde hoje vemos as marcas da sua ação em vários campos das nossas atividades progressistas. Não apenas no jornalismo, mas também no que se refere à indústria, à pro- dução rural e ao comércio. Assis Chateaubriand se vinculou ao pro- gresso de Minas Gerais, de tal modo que, recentemente, a Federação das Indústrias do meu Estado, inaugurando sua nova sede, teve ensejo de ho- menageá-lo, dando o seu nome a esse edifício, em solenidade a qual com- pareceu e por intermédio de um dos seus intermediários, proferiu notável discurso.

Sr. Presidente, em princípio de ja- neiro do corrente ano, foi-me dado encontrar Assis Chateaubriand numa das Cidades históricas do meu Estado, onde procurava o clima, a tranqüili- dade, as montanhas para repousar dos seus males e buscar um pouco de lenitivo para suas dores. Foi um es- petáculo, Sr. Presidente, que se gra- vou no meu espírito de maneira ver- dadeiramente impressionante. Encon- trei-o em Congonhas do Campo, ci- dade histórica de meu Estado, plena de recordações, do velho passado das artes de Minas Gerais, da religiosi- dade do nosso povo, dos impulsos li- bertários do povo mineiro, desde os tempos da Inconfidência Mineira. Naquela cidade existe o Museu dos Passos e os Profetas do Aleijadinho, que ainda se erguem, até hoje, no al- to da Igreja de Matosinhos.

Foi ali, naquele recanto místico e de gloriosas tradições, que encontrei pela última vez o Embaixador Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

Todos sabem como ele vivia nos últimos tempos, sentado numa ca- deira de rodas, semiparalítico, sem poder usar da palavra que lhe fugira, manifestando seu pensamento por meio de sinais, traduzidos pelos auxi- liares que o acompanhavam.

Procurou conversar comigo, Sr. Pre- sidente, e explicou-me então que bus- cara Congonhas de Campo em pro- cura de um pouco de energia para o seu espírito, sofrer, para o seu espí- rito que não se rendia ainda a enfermidade que o abalava. Guardo desse encontro indelével recordação — repito — porque, vendo Assis Cha- teaubriand, naquela cadeira de rodas, tentando falar por meio de balbucios, tive a impressão que estava diante de um grande espírito, de uma grande força humana, presa dentro de seu próprio corpo, lutando para sobrevi- ver à desgraça que se abatiera sobre o seu organismo.

E assim, neste momento em que o Senado presta justas homenagens a essa grande figura que por aqui pas- sou, deixando rastros brilhantes de sua trajetória, eu me levanto para, me associando nestas homenagens, em nome do povo e das classes de Minas Gerais, pedir a Deus pelo espírito desse grande brasileiro, cuja vida foi uma constante luta no terreno das atividades úteis e proveitosas para o progresso de nossa Terra! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pau- sa.)

Está aprovado o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há horas da vida em que os homens e os povos devem fixar sua atenção em existên- cias contemporâneas e próximas, das- nas de ser consideradas, porque de seus atributos cardiais podem extrair- se lições sem esperar o tardio juízo da história.

Devemos recolher esses ensinamen- tos com tanto maior cuidado quanto mais árduo é o momento que ante- vessamos.

Assis Chateaubriand amou a políti- ca com paixão. A poucos dias de sua morte, seus temas preferidos, elabo- rados em torno de pensamento ue não podia afastar eram os que guar- davam pertinência com a política e com a marcha dos assuntos de inte- resse público. Com eles se aninhava e esquecia os sofrimentos físicos. Bal- çou ao tímulo sem que o abandonas- sem suas preocupações com o desen- volvimento da Nação, a sorte de suas instituições e o destino de nossa de- mocracia.

A política o absorveu como uma patriótica exteriorização do desejo de servir, mas também soube compreen- der que a política não é tudo na vi- da de um homem nem de um povo.

Jornalista de renome internacional, professor de Direito, humanista, par- lamentar brilhantíssimo, embaixador, capitão de indústria, membro da Aca- demia Brasileira de Letras, criador de Museus de Artes, incentivador de ex- traordinárias campanhas de âmbito nacional em todos os campos da ati- vidade humana, revelou um luminoso talento criador que ralava a geniali- dade.

E' realmente uma lástima que o Brasil se veja privado da presença de tão alta figura a qual a Nação, não fôra o rude golpe que há pouco tempo a feriu, teria de convocar para os mais elevados encargos. Até porque não lhe sobram muitos filhos dotados da cultura, do patriotismo, da bravi- ra e mesmas qualidades e da mesma capacidade intelectual e política de Assis Chateaubriand. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Mesa de- signa para representar o Senado nos funerais de Assis Chateaubriand, em São Paulo, os Senhores Senadores Ar- gemiro de Figueiredo, Carvalho Pinto e Moura Andrade.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a me- sa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 329, de 1968

Senhor Presidente,

Requero, nos termos do art. 212, II, letra "e", do Regulamento Interno, a inserção em Aata de um voto do profundo pesar pelo falecimento do Dr. Martin Luther King, que se des- tacou como grande líder e campeão da causa de integração racial.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1968.
— Arthur Virgílio. — Filinto Müller.
— Gilberto Marinho. — Aurélio Via- na. — Dinarte Mariz. — Mem de Sá.
— José Guimard

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação o requerimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a pala- vra o nobre Senador Arthur Virgílio, para encaminhar a votação do reque- rimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a luta pela liberdade e pelos direitos da pessoa humana ao longo da história dos povos, tem deixado incontáveis mártires. Alguns dos líderes de campanhas revolucionárias, de movimentos reformistas, de transformações sociais e políticas tombaram; antes de serem consagrados e vitoriosos a obra pela qual preliaram.

Ontem mais um mártir desta luta tombou, assassinado na cidade de Memphis, nos Estados Unidos. Em consequência do esforço dispendido desde os vinte anos de idade, quando se rebelou contra a desunião que, em decorrência do ódio racial, estava dividindo os filhos dos Estados Unidos da América do Norte, o pastor protestante negro Martin Luther King já não pertence a este mundo. Homem pacifista, que se considerava discípulo de Gandhi, que pregava a erradicação do problema racial americano em termos de paz, de congraçamento e de amor; pastor protestante que pregava a Bíblia, e via, naquele Versículo do Sermão da Montanha que falava na vitória dos mansos e dos justos, o motivo de orientação de sua luta, Martin Luther King foi imolado por esse ideal.

E, Sr. Presidente, como disse ao falar ainda há pouco, motivo de grande tristeza para quantos se revestem de sentimentos humanos e cristãos; para quantos desejam o entendimento entre todos os povos, e de todas as raças, esse trágico evento. E ele terá, não há dúvida, consequências imprevisíveis na grande Nação do Norte, pelo agravamento da crise que já desuniu aquele povo, pela instigação à violência no revido, que certamente os seus irmãos de cor irão ter, pela violência de que foi vítima o seu grande Líder.

Prêmio Nobel da paz, com várias condecorações do Governo Norteamericano e de entidades civis daquela País; nome mundialmente acatado e respeitado, essa morte está certamente comovendo todo o mundo. Nosso País onde impera uma democracia racial País que não entende a divisão em decorrência de endemias; este País onde a miscigenação que aqui se processa está a criar uma raça nova e diferente, nosso País admira Luther King, e lamenta profundamente o acontecido.

Vim à tribuna, Sr. Presidente, para manifestar a minha emoção, o meu pesar, a minha tristeza e a minha dor mesmo, por esse infante acontecimento, por essa terrível tragédia que abalará os Estados Unidos e que está repercutindo em todo mundo. E pedir que o Senado preste esta homenagem ao grande líder negro norteamericano fazendo inscrever na Ata dos nossos trabalhos de hoje um voto de pesar, e fazendo-se, de acordo com decisão da Mesa, e até pelo seu illustre Presidente, representar nos funerais. (Muito bem!)

O SR. MEM DE SÁ:

Pego a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo associar-me, de forma expressa, à homenagem prestada pelo eminente Senador Arthur Virgílio. Fui, como S. Exa. e, por certo como todos os demais Senadores e como todos os homens de consciência livre do mundo, que o episódio de ontem, nos Estados Unidos, é dos que marcam uma das horas graves e mais trágicas da própria história daquele País, com repercussões não só nele como, possivelmente, em todo o mundo.

Eu queria dizer que falo também, e quero falar porque me considero, não apenas um grande admirador, mas um amigo da Norte-América e dos Americanos do Norte. E' que, Senhor Presidente, os Americanos do Norte têm uma capacidade excepcional para se fazerem amados, quando não odiados. Porque se tornaram extremamente poderosos, eles são malqueridos de toda a Humanidade, em geral.

Fu faço parte da minoria que aprendeu a ver naquela Nação e naquele povo qualidades excepcionais a par de defeitos também incunáveis. Mas, ouero assinalar, para chegar ao meu objetivo, as virtudes que eu encontro nos Estados Unidos como conjunto. Penso que nunca houve, na História da Civilização, uma nação tão generosa quanto aquela. Por duas vezes empenhou-se em guerras universais e por duas vezes a sua intervenção foi decisiva para o desfecho dessas guerras. Em menos de meio século. Os Estados Unidos passaram, da categoria de nação devedora para a categoria de nação credora e nunca houve na história do mundo uma nação tão altamente credora das demais nações do mundo quanto os Estados Unidos. Eles, antes de 1914, remetiam juros e lucros para a Europa. A partir de 1918 eram os maiores credores da Europa. Abiram mão de todos os seus créditos, não os cobraram, e não os cobraram apenas dos aliados. Foram além, socorreram os inimigos derrotados, com uma assistência material como jamais conhecida na história do mundo.

Em 1949 a história se repete. Os Estados Unidos sustentam a Segunda Guerra Mundial. Foi com a força e o poder econômico norte-americano que o mundo pôde vencer o nazismo. Não tenhamos dúvida a este respeito.

Os exércitos, a aviação, armas as mais poderosas jamais conhecidas só puderam ser forjadas porque saíram de uma nação que acumulara uma potência econômica incomparável e sem esta potência econômica, aquelas armas não teriam sido produzidas e, provavelmente, o ideal de um maníaco fanático teria prevalecido sobre o resto da humanidade.

Vitoriosos na guerra, os Estados Unidos salvaram a Europa do caos econômico, socorreram a Alemanha, permitindo o famoso milagre alemão, através de muitos bilhões de dólares, remetidos através do mundialmente famoso Plano Marshall.

Ao Japão, que nutre contra os Estados Unidos o justo e o legítimo protesto de haver sofrido a mais hedionda agressão das bombas atômicas; ao Japão, os Estados Unidos socorreram fazendo-lhes a reestruturação da economia e mais uma reforma agrária que permitiu o novo surto da economia japonesa, surto inigualado no mundo, até hoje, surto que está permitindo aquele País oriental manter uma taxa de crescimento de 10% ao ano.

São, portanto, os Estados Unidos uma Nação generosa e, nunca, nenhum outro país procedeu dessa forma para com aliados e inimigos derrotados.

Admiro-os, ainda, pelo seu poder inventivo; pela sua capacidade criadora, pelo que há de revolução na História da América, tão bem assinalada por pensadores e filósofos. Admiro-os pelas suas universidades, que são, hoje, as melhores do mundo, pela sua capacidade de absorver talentos e colaboradores sem indagar a sua procedência; de chamar de todo o mundo; mobilizar, usando todos os homens com talento e com capacidade de contribuir para a prosperidade americana e, através dela, para a prosperidade mundial.

Graças a essas virtudes e qualidades, aquele País atingiu, em meio século, um grau de desenvolvimento e de poder econômico como jamais se conheceu na História.

A Inglaterra pode dizer que possuía um império onde o Sol jamais se punha. Mas esse império inglês do século XIX, em termos econômicos, era um pigmeu ao lado do potencial de riqueza que os Estados da América do Norte acumularam em cinco décadas.

No ano passado, o produto nacional bruto americano bateu todas as marcas conhecidas, atingindo a 78 bilhões de dólares, o que deu uma renda média, per capita, de 3.500 dólares.

Há pobreza, nos Estados Unidos. Entretanto, são considerados pobres nos Estados Unidos aqueles que têm renda inferior a mil dólares por ano e esta parte da população não atinge a 5%.

Os que estudam e perscrutam o futuro, através dos dados existentes mediante esses processos de extrapolação e de investigação analítica e matemática, prevêm que, a continuar esse ritmo, no fim do século, a renda per capita do norte-americano chegará a sete mil dólares, e não mais haverá pobreza naquele país.

Com a média da vida humana acima de noventa anos — e esse é o ponto a que desejo chegar — a meu ver todo esse potencial, toda esta imensidão de riquezas incensuráveis e jamais vista, todo esse império portentoso apresenta uma fissura, que o ameaça de decadência imediata, e o ameaça de uma decadência tão rápida quanto foi a sua ascensão. Essa fissura, essa fenda no gigante está precisamente no ódio racial.

Estranho, curioso, paradoxal! Aquela país que, em conjunto, se porta para com os inimigos da guerra com tanta generosidade, é o país que, internamente, registra o maior índice de violência, de crueldade e de sangue. E' o país dos mais espantosos crimes, talvez das nações civilizadas aquela em que o maior número de Chefes-de-Estado foram até hoje assassinados.

Mas, acima dessa violência que há dentro do seu povo, uns com os outros, a par de uma cordialidade no trato, de uma amistosidade no convívio, que deixa o observador perplexo e confuso, a par de tudo, o que é profundamente grave e, a meu ver, irremediavelmente grave, é o ódio de raças.

Por sete vezes já visitei aquele país. A primeira delas em 1944, e a última no fim do ano passado. Pude verificar, de forma cada vez mais alarmante, a escalada — que é a palavra da moda — da marcha do ódio racial na nação do Hemisfério Norte.

A primeira vez em que lá estive foi em fins de 1944 e cheguei no dia da última reeleição de Franklin Delano Roosevelt. Nessa ocasião passei por uma experiência tão curiosa que não me furto de narrá-la aos colegas. Fazia uma viagem de Virgínia a Washington e os trens estavam superlotados, porque se estava em plena guerra. Imprensando dentro de um vagão (que parecia um comboio da Central do Brasil, para o subúrbio) verifiquei que no vagão seguinte havia apenas quatro ou cinco pessoas; não tive dúvida, fui para lá e me senti tranqüilamente. Dei a pouco percebi que as cinco pessoas sentadas eram "colored people", como eles se chamam, e um deles se levantou e me disse: "Senhor, esse vagão é só para negros". Eu disse: "Estou vendo. Mas sou de um país em que não se admite nem se compreende a discriminação racial. No meu país os pretos e os brancos podem se sentar nos mesmos vagões, e é por isso que estou senta-

do aqui sentindo-me tão bem, como se estivesse no outro". Ele respondeu: "No seu país o Sr. poderá continuar usando o mesmo vagão, mas aqui, aqui o vagão de branco é só de branco, e o de preto é só de preto. É o favor de ir para outro vagão. Isto em 1944. Naquela época não havia violência racial nas ruas e o preto sentia-se por toda a parte em homem humilhado e dominado. Então, que ainda havia naquele país, e sobretudo nos ônibus, só podiam sentar nas últimas filas. Nos cinemas, só os que fossem para "colored people" e assim a seguir.

Aqueles sentimentos sufocados, tantos anos, afinal, explodiram, e explodiram na tragédia que estamos sentindo e presenciando de alguns anos a esta parte.

E' preciso proclamar e reconhecer que há uma larga parcela de brancos, nos Estados Unidos, que em seus maiores esforços para apagar a chaga da civilização norte-americana e para praticar o Evangelho de Cristo entre brancos e pretos.

Um dos próceres, talvez o maior de todos, o maior de todos, na campanha de pacificação e amor interno entre brancos e pretos foi John F. Kennedy e estranhamente ele morreu estranhamente até hoje não se sabe bem porque e por quem foi morto. Mas não é impossível, não é abusar vincular a morte de Kennedy a uma fracção da sociedade americana profundamente racista, reacionária e fascista.

Depois da campanha dos direitos civis, cuja vitória se deve a Martin Luther King, que era o líder do movimento, depois da vitória dos direitos civis, ainda estranhamente paradoxalmente a violência recrudesciu. Quando tudo parecia indicar a conquista do direito concorrendo para acabar os ódios e para acabar as paixões estas irromperam e a violência até então desconhecida e, quatro a cinco anos, cada vez mais trágica, no arrolamento de céndios de depreciações, de esperanças, de passadas e de mortes em todas as cidades dos Estados Unidos.

Inicialmente se dizia que no Sul que havia o ódio, e realmente, não há maior concentração de negro em consequência, maior concentração de luta. Mas, no ano passado, a violência se registrou na Califórnia mesmo nas cidades do Norte, e os negros são os negros e onde brancos, como por exemplo em Massachusetts, uma população universal, liberal e esclarecida. Mesmo os episódios sangrentos já se tornaram linear comum no noticiário impresso.

Havia, entretanto, uma esperança a ação do grande líder preto Pastor Luther King. Este era o homem que ainda teptava, sozinho, que Kennedy, da parte dos brancos, estava morto Luther King tentava sozinho a façanha heróica de extinguir com essa gota de sangue e humanidade, com a voz ainda ouvida por uma parcela substancial da população negra, era o líder que atinçava confiança na parcela pretos que esperavam dias melhores com o convívio, com o fraternalismo humano.

Luther King porém, ontem encontrou a mão dum fanático racista, foi fazer companhia ao seu narcofo de cruzada, John Kennedy.

Bem se pode dizer que na luta entre o amor e o ódio, o ódio prevaleceu.

Ele foi o campeão do amor, mo-

ra a impressão que se tem. Senão, Presidente, é que talvez não seja totalmente aburridas as previsões Apocalípticas de São João, porque parece que o mundo todo está correndo a ser dominado pelas bes-

das dos sonhos místicos do grande profeta. A luta brutal, insana, incompreensível na China; é a luta no ame; são as perturbações por o mundo.

é de notar que não é só no l que se registram os episódios trágicos, revoltantes, tão dignos críticos e de condenações como últimos dias.

Itália, uma universidade católica foi depredada. Na Suécia, a flor da civilização ocidental, is de maior progresso social, de paz social, o país que há quatro anos não conhece uma greve, Suécia os estudantes se rebelam o também contidos violentamente a polícia. Na Alemanha, na França e na América Latina, como a sua dolorosa e trágica história na África, no Congo, na Rodésia, a brutalidade da África do Sul, um dos racismos mais bestiais se pode imaginar. E agora tantos Estados Unidos o país da alta civilização.

taremos nos aproximando do fim mundo?

Os Estados Unidos as greves se caracterizam pelo pacifismo, são momentos que quase fazem a gente virar ou turista, pela ordem imperial. O protesto do grevista com apenas em desfilar diante do belecimento a que pertence, com ideais caros, pregados no peito nas costas, condenando o patrão não atende as suas reivindicações. E a polícia mantém a ordem à distância. No comércio é dada a liberdade de palavra e a polícia interveio se alguém pretender perturbar a tranquilidade dos oradores e a segurança do direito do pro-

o, em num país de tanta ordem, de respeito aos direitos humanos, dia racista o faz baixar e o faz gradar a condição da República Africana, da Rodésia, de Angola o Congo! E os norte-americanos, poderosos, os homens que estão vanguarda da Ciência e da Tecnologia, os homens que estão constando o espaço e agora desvendando o fundo do mar, que estão na guarda da Eletrônica e da Cibernética, esses mesmos homens se tornam tão selvagens, tão primitivos, tão primários como os negros anatólicos que ainda existem nas regiões mais atrasadas da África. Martin Luther King era um negro que queria redimir não a sua raça, queria redimir o seu povo, a nação dessa mancha negra — que esta é que era negra — a culpa do ódio na civilização americana. Luther King se batia menos os seus irmãos de cor, do que pelo anjo de Cristo e pela civilização americana e ocidental.

É justo, portanto, que o Senado preencie nele uma das mais altas pressões de idealismo e de luta pela unidade da pessoa humana e pela fraternidade do convívio entre os homens. É justo que o Senado preste homenagem a este imenso líder, e foi um dos maiores do Século XX. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em votação o requerimento. (Pausa). Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa). Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) A Mesa está certa de que o pesar que acaba de ser expressado pelo plenário do Senado da República, pela palavra dos eminentes Senadores Arthur Virgílio e Mem de Sá, traduz o sentimento nacional, homenageando a memória do estremo líder da causa dos direitos civis Martin Luther King, e sela agora com o derramamen-

to do seu sangue generoso, com o extremo sacrifício de sua grande vida, a sorte de sua nobre luta que há de em breve produzir seus almeçados frutos, para honra do povo americano. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho)

A Presidência deferiu hoje os seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 322-68, de autoria do Senador Aurélio Vianna; enviado ao Ministério da Agricultura;

Nº 323-68, de autoria do Senador José Feliciano, enviado ao Ministério da Educação e Cultura.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Edmundo Levi.
Milton Trippade.
Loo da Silva.
Aquilino Cruz.
Sebastião Archer.
Siqueira Pacheco.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Dinarte Mariz.
Pereira Diniz.
Fátima de Queiroz.
Dylton Costa.
José Leite.
Eduardo Catalão.
Josaphat Marinho.
Carlos Lindenberg.
Eunice Rezende.
Lino de Mattos.
João Abraham.
Filipe Müller.
Milton Menezes.
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de 35 Senhores Senadores.

Passa-se a

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, da Resolução nº 22, de 1968, do Projeto de Resolução nº 22, de 1963, que suspende a execução do artigo 5º do Decreto-Lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, e a mesma, cada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Art. 316-A, do Regimento interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 284, DE 1968

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1968. Relator: Senador Nogueira da Gama.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 22, de 1968, que suspende a execução do art. 5º do Decreto-Lei número 322, de 7 de abril de 1967.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1968. — Leandro Maciel, Presidente Nogueira da Gama, Relator — Mem de Sá.

ANEXO AO PARECER Nº 284-68

Redação final do Projeto de Resolução nº 22, de 1968.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nú-

mero IV, da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1968

Suspende a execução do art. 5º do Decreto-Lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 23 de agosto de 1967, nos autos do Recurso Extraordinário nº 62.739, do Estado de São Paulo, a execução do art. 5º do Decreto-Lei nº 322, de 7 de abril de 1967.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)

Item 2.

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 5, de 1968, de autoria do Senhor Senador Josaphat Marinho que estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, tendo pareceres sob nºs 213 e 214, de 1968 das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; — Legislação Social, jacobina.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, dá-la-ei como encerrada. (Pausa) Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que o projeto seja submetido a votos, e o mesmo caso como definitivamente aprovado, independente de votação, nos termos do Artigo 272-A do Regimento Interno.

O Projeto vai a Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 1968

Estende aos dependentes do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Art. 1º O valor da conta vinculada do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e que vier a faltar, será pago pelo banco depositário, em quotas iguais, aos respectivos dependentes, habilitados perante o Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 1º O pagamento será feito com a comunicação do Instituto Nacional de Previdência Social, que mencionará a data do óbito, os nomes dos dependentes habilitados e quanto houver menores, a data do nascimento de cada um deles.

§ 2º Ficará retida, à disposição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, vencendo juros, a taxa vigente na data do falecimento do empregado com a correção monetária, a quota atribuída a dependente menor, até que complete dezoito anos, salvo autorização judicial para o respectivo levantamento.

§ 3º Decorridos dois anos do falecimento do empregado, e não havendo dependentes habilitados, o montante da conta vinculada reverterá a favor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e das normas consequentes.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima, no dia 8 de abril, a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 8 DE ABRIL DE 1968 (Segunda-feira)

TRABALHO DE COMISSÕES

Calendário dos projetos em tramitação no Congresso Nacional

I

Projeto de Lei nº 10 de 1968 (CN) que "Dispõe sobre a utilização facultativa dos Serviços de Despachantes Aduaneiros e dá outras providências". — Presidente: Senador José Ermírio; Relator: Deputado Leon Peres.

Calendário

Dia 17-4 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas e 30 minutos. Prazo: início 14.3.68; término: 22.4.68.

II

Projeto de Lei nº 11, de 1968 (CN) que "Altera a lei nº 4.767 de 30 de agosto de 1965, promoção de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada". Presidente: Senador Paulo Fôrres; Relator: Deputado Celestino Filho.

Calendário

Dia 16-4 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator: às 10 horas na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Dia 16-4 — Apresentação do parecer pela Comissão.

Dia 17-4 — Publicação do parecer; e

Dia 23-4 — Discussão do Projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas e 30 minutos.

Prazo — Início: 20-2-68; e Término: 28.4.68.

III

Projeto de Lei nº 12, de 1968 (CN), que "Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis deconstruídos e dá outras providências". — Presidente: Senador Edmundo Levi; Relator: Deputado Hamilton Prado.

Calendário

Dia 16-4 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator,

As 21,00 horas na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 16-4 — Apresentação de parecer pela Comissão;

Dia 17-4 — Publicação do parecer; e

Dia 21-4 — Discussão do Projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas e 30 minutos.

Prazo — Início: 20.3.68; e Término: 20.4.68.

Projeto em tramitação no Senado que deverá receber emendas perante as Comissões.

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1963 (nº 1.100-68, na Casa de origem), que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1963-1970.

Calendário

De 5 a 23 de abril de 1968 — apresentação de emendas perante a Comissão.

Até 6 de maio — apresentação dos pareceres.

Até 8 de maio — publicação dos pareceres.

Até 14 de maio — discussão do Projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos).

Discurso pronunciado pelo Sr. Senador Carlos Lindemberg, na sessão do dia 4 de abril de 1968, que, entregue à revisão, seria publicado posteriormente.

O SR. CARLOS LINDEMBERG:

Sr. Presidente, está reunido, desde ontem, em Curitiba, no Estado do Paraná, o II Congresso Nacional do Café, para discutir e estudar assuntos referentes a esse produto, não só na parte propriamente de produção como de exportação, comercialização e todos os problemas, enfim, que interessam ao café brasileiro, sem dúvida ainda o maior produto agrícola de nosso País. Ali compareceram e estão reunidos não só S. Ex.^{as} o Sr. Presidente da República, como os Exmos. Senhores Ministros de Estado, os órgãos que tratam da cultura e comercialização do café e ainda os representantes dos Estados produtores, representantes da lavoura, do Comércio e da indústria cafeeira.

Por outro lado, Sr. Presidente, Senhores Senadores, os jornais noticiam, e especialmente o "Jornal do Brasil", que o Sr. Presidente do IBC, Sr. Caio de Alcântara Machado, teria recebido, no dia 10 deste mês, um documento (le):

preparado pelo Departamento Econômico da Autarquia, no qual é feito um minucioso exame do transcurso da produção, distribuição e comercialização da safra 67-68, a fim de, com base nesses dados, dar andamento aos preparativos para o novo esquema político-econômico da safra 68-69 que ora se inicia.

O Presidente do IBC não tem intenção de fazer grandes alterações na política de comercialização da safra atual, mas procurará fazer com que o plano da safra 68-69 seja capaz de baixar o índice de descapitalização da lavoura e, segundo os técnicos da Autarquia, o Sr. Alcântara Machado mostra-se preocupado, ainda, com a descontinuidade do plano de erradicação de cafezais, que poderá provocar no Brasil o problema da superprodução dentro de dois anos.

Quer dizer que o Presidente do IBC no momento tem as três preocupações: o regulamento de embarques, ou seja, o esquema político-econômico da safra 1968-1969; a descapitalização da lavoura; e a erradicação dos cafezais.

Sr. Presidente, ante a oportunidade da reunião do II Congresso Nacional do Café, e a organização do esquema político-econômico da safra 1968-69, temos a esperança de que essa conjugação de esforços, ou seja, do Congresso e mais da preparação do esquema econômico da safra a se iniciar, sejam corrigidos certos erros que vêm prejudicando a comercialização do café, em detrimento de Estados, como o Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. É que Sr. Presidente, certas medidas até agora tomadas, que chamamos de discriminação, têm prejudicado irremediavelmente os Estados citados empobrecendo a lavoura e a própria região.

Já tivemos oportunidade, aqui, de falar sobre a erradicação dos cafezais, que trouxe ao Espírito Santo a maior redução de renda de todos os tempos cuja depressão elimina as in-

clativas do Governo do Estado e todos os planos do Governo, que não tem renda para se manter.

Tenho em mãos cópia de um ofício que o Sr. Governador do Estado, no dia 1º de fevereiro deste ano, mandou ao Sr. Secretário Executivo do GERCA, que é um dos órgãos do Instituto Brasileiro do Café, justamente encarregado da erradicação e da diversificação das lavouras. Por ele, verificamos que houve a erradicação desordenada mas não a compensação, ou seja, a diversificação das lavouras, prometida.

Diz o Governador: (le):

De conformidade com o pronunciamento de V. S.^a por ocasião da visita com que nos honrou em 13 de outubro de 1967 e com as orientações que recebemos do GERCA nos entendimentos mantidos desde então, estamos encaminhando anexo o Projeto Pages 01 — Renovação da Cafeicultura Capixaba, enquadrado dentro do Programa Articulado do Governo do Espírito Santo, visando o desenvolvimento do Estado.

Esperamos que, nos termos em que foi formulado, o Projeto da Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo venha a ser também o Projeto do GERCA para o Estado do Espírito Santo.

Temos sentido em diversos setores de opinião certa estranheza e incompreensão pelo fato de o presente Projeto de Renovação suceder, pouco mais de um ano decorrido, ao Programa de Diversificação 66-67. Estamos cientes de que essa estranheza e essa incompreensão jamais teriam guardado no corpo técnico do GERCA e muito menos em V. S.^a, na qualidade de principal inspirador do Projeto de Renovação. Permitimo-nos, portanto, tecer algumas considerações sobre esse tema:

1 — Constitui objetivo do GERCA, como órgão responsável pela racionalização da cafeicultura, não o simples equilíbrio estatístico da produção e demanda do café, mas esse equilíbrio conjugado à melhoria da produtividade e qualidade do café;

2 — O primeiro Programa do GERCA, elaborado sob a égide de V. S.^a, preconizava inclusive a condução simultânea da erradicação e da renovação (previsão de 2.400.000 ha de erradicação e 400.000 ha de renovação, conforme o "Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira" de 1962);

3 — Mesmo o Comunicado nº 25-66 do Instituto Brasileiro do Café (29.6.66) que desanexou o último Programa do GERCA, não ignorou o objetivo global de racionalização ao admitir que "atingido o objetivo de contingenciamento no máximo em junho de 1968, deverá ser iniciado, se necessário, programa de intensificação de produtividade e melhoria de qualidade em áreas ecológicamente adequadas de forma a atender a demanda externa e interna estimada para o quinquênio de 1970-75".

4 — O pensamento do Governo do Estado ao aceder com a efetivação do Programa 66-67 de Erradicação, não foi o de renunciar à Cafeicultura, tanto que o "Programa de Diversificação no Espírito Santo" elaborado pelo IBC-DAC em novembro de 1966 e submetido à apreciação pessoal do Governador do Estado, incluiu em suas projeções: "a meta de 15% da área liberada como intensificação da renovação na Zona Alta, em compensação à erradicação na Zona Baixa" (pag. nº 4.2/15).

5 — A escala atingida pela última erradicação (180.000 ha efetivamente aprovados), ultrapassando toda previsão e surpreendendo todos os setores, é responsável pela liberação de no mínimo 90.000 trabalhadores (correspondendo a cerca de 210.000 pessoas) e pela redução da safra estadual ao mais baixo nível de que se tem notícia nas últimas décadas... (600.000 sacas, descontado os remanescentes e os procedentes de MG — PR., segundo estimativas recentes). Se os aspectos negativos da erradicação ultrapassaram as previsões do Programa de Erradicação, deve por coerência — antecipar o advento dos aspectos positivos do Programa de Renovação.

Recentemente a Resolução nº 83 (17.11.67) do Conselho Deliberativo do GERCA, recomendando à Secretaria Executiva incitar os estudos ligados à produtividade das lavouras remanescentes, reconheceu a necessidade da Renovação da Cafeicultura mesmo em termos nacionais.

Para o Estado do Espírito Santo, que jamais contribuiu para a superprodução do País que participou com 40% da área total erradicada em 66-67, que enfrenta presentemente uma crise econômica sem precedente e que vê esboroarem-se, uma a uma, suas perspectivas de desenvolvimento — a Renovação da Cafeicultura, não é apenas necessária. É imperativa e urgentíssima.

E assim continua S. Ex.^a, o Governador, dando ao Sr. Secretário-Executivo do GERCA seu ponto de vista e apresentando um projeto organizado pela Secretaria de Agricultura sob a direção do Técnico Guilherme Pimentel Filho, para a melhoria da cafeicultura no Espírito Santo, nas zonas ecológicamente apropriadas, a fim de que possam, desta maneira, restabelecer sua economia.

Sr. Presidente, lendo esse documento e alguns números estatísticos oficiais que também trouxe aqui, sobre a produção do Espírito Santo, quero, neste instante em que se reúne o 2º Congresso Nacional do Café, quero fazer algumas considerações para deixar clara a situação em que se encontra aquele Estado. Na mesma situação estão os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, no que concerne às discriminações a que me tenho referido.

Nas notícias vindas do Rio de Janeiro, temos também o seguinte: (Lendo)

"Ao afirmarem que houve muita especulação em torno da política de erradicação dos cafezais improdutivos, disseram os técnicos do IBC que há quase paralisação do plano de erradicação nos últimos seis meses e mais a utilização de sistemas dos mais avançados de adubagem da terra e podagem, principalmente nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, poderão provocar o oneroso problema da superprodução de café dentro de apenas dois anos."

Ao lado desta notícia, surgiu também ontem, no mesmo Jornal do Brasil, o seguinte tópico: (Lendo)

"Os defensores da erradicação sistemática dos cafezais de produção inferior, sob a liderança do Sr. Leônidas Bório, contestam as informações alarmistas de alguns setores sobre a possibilidade de vir o Brasil a não atender seus compromissos internacionais, devido à queda da produção cafeeira."

O Sr. Leônidas Bório considera completamente infundadas as

afirmativas de que a produção cafeeira tende a diminuir nos próximos anos.

As informações, induzem à previsão certa de que a produção de café no Brasil tende a crescer dentro de dois anos.

A produção de café no Espírito Santo, devido ao uso de métodos modernos de erradicação, está em fase ascensional e é possível que o País, nos próximos dois anos, venha a defrontar novamente problema de superprodução.

A reação dos velhos cafezais, atingidos pelo processo de erradicação, como a poda das plantações e o uso racional de adubos, tem sido espantosa, esclarece o Sr. Bório.

Por isso, teme que os atuais responsáveis pela política cafeeira incorram no risco de se deixarem envolver pelas lamentações dos produtores, voltando a estimular a produção, ou melhor, a superprodução.

O Sr. Leônidas Bório antigo Diretor do IBC, responsável pela erradicação desordenada que implantam a miséria em nosso Estado, dá-nos a impressão de que — não sei por que motivo — tomou de empreitada o Espírito Santo, para ver se acaba com a sua lavoura de café ou, talvez mesmo, com o próprio Estado, fazendo-o voltar a território.

Sr. Presidente, Srs. Senadores os planos para melhoramento e renovação dos cafezais, embora diga o Senhor Bório que a poda e adubação das velhas lavouras do Espírito Santo estejam provocando a sua rápida renovação e o aumento da produção, só, agora, no dia 1º de fevereiro, o Governador do Estado, se enviou ao IBC, assinando o seguinte: (Lendo)

"Não será demais enfatizar essa urgência, considerando que, para formar dez mil hectares previstos para 1968, (mudas de seis meses, plantio nas águas de outubro e novembro, semelo em maio) desde março do corrente, várias providências deverão ser tomadas para aquisição de material, organização de serviços técnicos, ampla divulgação do Programa, etc."

Devo assinalar aqui que a 21 de março telegrafei ao Sr. Secretário Executivo do GERCA indagando qual a solução dada ao plano apresentado pelo Governo do Espírito Santo a 1º de fevereiro, porém não tive resposta até hoje.

Ora, Sr. Presidente, se nem começou ainda, por parte do IBC e por parte do Estado, por falta de recursos, o programa de melhoramento das lavouras em lugares apropriados, não é possível que já tenha produzido os resultados que aponta o Sr. Leônidas Bório, prevendo até que este trabalho no Estado do Espírito Santo iria concorrer para o aumento da produção brasileira e conseqüente superprodução.

Já afirmei, aqui, várias vezes, que o Espírito Santo absolutamente não concorreu, de forma alguma, para a superprodução de café no Brasil. Basta citar a Estatística do próprio IBC que afirma que de 1938 a 1943 a produção média do Brasil foi de 17 milhões e 645 mil sacas e, no mesmo período, a produção do Espírito Santo foi de 1 milhão e 577 mil sacas. E assim vai, de 1948 a 1953, 16 milhões produção do Brasil, 1 milhão e 700 mil sacas produziu o Espírito Santo; de 1963 a 1967 foram 24,2 milhões de sacas produzidas pelo Brasil e pelo Espírito Santo, 1 milhão e 553 mil sacas.

Assim, a produção média espiro-santense, de 1938 a 1967, foi de 1 milhão 804 mil sacas, enquanto a produção brasileira, no mesmo período, subiu de 17 milhões para 24,2 mi-

hões de sacas. Tomando-se ano por ano, verifica-se que a produção do Espírito Santo esteve estacionária, enquanto a produção brasileira aumentou em 43%.

De modo que, de forma alguma, pôde o Espírito Santo no passado ou no presente ser responsabilizado pela superprodução do café brasileiro, mas também não pode ficar na situação em que se encontra, de dificuldades financeiras, sem a assistência necessária do Governo Federal e, muito menos, por parte do IBC, para a diversificação de sua lavoura.

Por outro lado, ainda o próprio Secretário-Geral do IBC, em carta a mim dirigida, diz o seguinte:

(Lendo)

"Por outro lado, somos de parecer que a cultura ideal para o Estado do Espírito Santo será, por futuro prolongado, o café, que não tem substituto econômico nessas regiões. Uma cafeicultura bem orientada, à base dos atuais conhecimentos agrônômicos, terá condições de restabelecer situação econômica razoável para as grandes áreas do Espírito Santo. Especialmente por esta razão, o nosso Parecer é no sentido de que a verba disponível destinada a estabelecimento de uma Estação Experimental no Espírito Santo seja aplicada em áreas que possam servir à nova cafeicultura e, assim, oferecer os elementos técnicos indispensáveis para sua futura orientação."

O técnico, aliás, de grande nomeada, Dr. Walter Lavarini, entende pois que o Espírito Santo não pode abrir da cultura de café e sim tratar de a fazer nos lugares próprios, dentro da técnica moderna, para que, em menor área, se tenha maior produção, o café, de melhor qualidade, o que é perfeitamente realizável.

Acontece que alguns técnicos do IBC querem inexplicavelmente que o Brasil deixe de produzir o café chamado "café Rio", café de paladar diferente dos cafés finos de São Paulo, para produzir, apenas, cafés finos.

Essa orientação corresponde a erro grave condenando não apenas por mim, mas, também por homens que cuidam do assunto, especialistas, que dele vivem e que dão claras explicações de modo a que qualquer pessoa leiga possa entender.

Diz, num ofício, também dirigido ao Presidente do IBC, em junho de 1967 o Sr. Presidente do Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro, Ildi Reis dos Santos:

(Lê)

Dentre os erros da política cafeeira seguida nos últimos anos, um dos mais deploráveis é o tratamento dispensado aos cafés do Grupo II (Rio Zona). Tratamento severo e injusto, partiu dele do pressuposto de que são cafés de qualidade inferior. Ora, o que distingue os cafés do Grupo II de todos os demais cafés, produzidos aqui ou no exterior, é o paladar (sabor) da bebida. Os hábitos de consumo fazem com que o consumidor se oriente no sentido de desejar aquilo que está habituado a ingerir. A comprovação deste fato é fácil: basta oferecer um café de bebida suave, do Sul de Minas ou da Alta Mogiana, a quem está habituado ao paladar dos cafés de bebidas "Rio Zona". A reação é certa: o consumidor habitual dos cafés de gosto Rio vai achar o café suave simplesmente detestável.

"Esta preferência do consumidor nacional de certas regiões ao país pelo café de bebida Rio também se observa em vários países que o consomem de longa data. É curioso observar que isto acontece em países de alta renda "per capita", não apenas nos países onde o poder aquisi-

tivo da população é menor. Isso se trata, pois, de uma questão de preço. Assim, o café de bebida Rio tem a preferência do consumidor da vasta área dos Estados Unidos, a abastecida pelo porto de Nova Orleans. A renda "per capita" dessa região é igual a dos países de maior renda na Europa. Entre os europeus, a Dinamarca, a França, a Bélgica, a Itália, a Grécia e a Iugoslávia mostram acentuada preferência pelos cafés de bebida "Rio Zona". Na América Latina, essa preferência se manifesta justamente nos países de maior renda "per capita", a Argentina, o Chile e o Uruguai. Também o mesmo se observa no Oriente Médio.

A razão desta preferência é que as características próprias dos cafés de bebida "Rio Zona" produzidos nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, não são encontradas em nenhum outro sítio produzido aqui ou em qualquer outra parte do mundo. Além disso, ao contrário dos cafés suaves (softs), não são substituíveis por cafés de outros países. Pode-se quando muito fazer um "blend" com pequenas quantidades de "robusta". A produção de quantidade maior já iria além o sabor pronunciado que se procura na bebida "Rio Zona".

Sobre o assunto posso adotar mais alguma coisa. Como disse, na poleica, o paladar é que define a preferência do comprador. O que está acontecendo com os nossos cafés do tipo II é que estamos constantemente perdendo os mercados. Porque as zonas ou regiões a que alude, o Presidente do Centro de Comércio de Café, nos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, não encontrando facilidade para comprar nossos cafés, passam a comprar o robusta café africano sem gosto, misturando pequenas quantidades de café bom, do soft, para fazer uma bebida parecida com a bebida rio-zona, causando prejuízos ao nosso País e principalmente ao Espírito Santo. A verdade é que o Brasil vem perdendo os mercados desse café, em favor dos cafés africanos.

Poderia, ainda, continuar, explicando a posição dos cafés do grupo II, mas o assunto já extensivamente discutido. Prefiro reduzir, um pouco, o tempo que tomarei do Senado e falar sobre as discriminações que vem fazendo o IBC há muito tempo em relação aos cafés do grupo I e aos cafés do grupo II. Sem dúvida alguma, os cafés do grupo II são cafés de menor preço, mais baratos por serem exportados todo ele, quando em estoque para fornecer. Não tenho de vida alguma de no fim dos últimos meses deste ano, irá faltar ao mercado, o café do Grupo II, porque as safras do Espírito Santo, Minas e Estado do Rio serão muito pequenas e o estoque está saindo e não haverá café para suprir o mercado.

Iremos entregar esses mercados ao café africano. Entretanto a mais deplorável e a situação em que se encontram os cafés do IBC colocaram a produção do Grupo II. Foi estabelecido pelo Governo, através do IBC, confisco cambial que é em verdade um tributo, e não pode deixar de ser encarado assim no valor de vinte e dois dólares e meio, para cada saca de café exportada. Mas acontece que o café do Grupo I, que paga vinte e dois dólares e meio por saca exportada tem preço bem mais elevado do que o café do Grupo II, que paga o mesmo confisco, isto é vinte e dois dólares e meio por saca, tendo preço muito menor, bem menor. Acontece ainda que os preços variam de porto para porto. Os cafés do Grupo I e também os do Grupo II, valem muito mais nos portos de Santos e Paranaguá do que nos portos do Rio e Vitória. Assim pois a diferença para maior do confisco cambial, é muito mais acentuada no Rio e Vitória do que nas demais praças exportadoras. Que se cobre o confisco cambial.

Porém o justo, o lógico, o certo, é que seja percentual esse confisco como alias se procede com o cacau cujo confisco é de 15%.

Acontece então, que os produtores do Espírito Santo e de Minas pagam uma taxa muito mais elevada do que aqueles outros que tem um preço muito maior. Quer-me parecer, até, que esta discriminação colide com o estabelecido no art. 21 da Constituição que veda a União instituir tributo que não seja uniforme em todo território ou que importe em preferência a Estado ou Município. Ora, se por um produto no Espírito Santo se paga muito mais do que por um produto no Estado de São Paulo tal situação não pode continuar, em face da própria Constituição e dos prejuízos que vem causando ao Espírito Santo e à lavoura de Minas Gerais e do Estado do Rio. O que acontece é o seguinte: as lavouras mais pobres e não responsáveis pela superprodução, estão sendo castigadas pelo que não fizeram e subvencionando as mais ricas e que promoveram a superprodução. Já tivemos oportunidade de falando sobre erradicação nos referimos a quantidade de árvores erradicadas no País. No Paraná foram erradicadas 124.104,000 árvores de café; em São Paulo, 54.200.000; em Minas 123.000.000, no Espírito Santo, 218.807.000 cafeeiras. Esta, esta visto, foi a região mais prejudicada, a que sofreu a maior erradicação, reduzindo sua produção que era de 1.800.000 sacas em média para 600.000, no ano passado.

Este ano, calcula-se que deva atingir, possivelmente, a um milhão de sacas.

A atual safra é considerada muito boa face às chuvas normais e, porque, o ano anterior não foi proveitoso à lavoura. Em relação ao café é assim: num ano a safra é grande e no outro ano é pequena, mesmo quando o tempo é normal.

De modo que, com esses comentários que representam, também, um rito de angústia, um pedido de justiça, espero que, através estudos feitos no Paraná, e com as reais preocupações que afligem e devem afligir ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café sejam corrigidas as falhas apontadas e outras que não me ocorrem no momento.

Não pretendo favorecer nem privilégios para nosso Estado mas, apenas justiça, preços justos, igualdade de taxaço ou seja de confisco cambial, corrigindo-se as injustiças e discriminações existentes entre um Estado e outro.

Mais ainda, Sr. Presidente, o Senhor Bório e alguns técnicos do IBC profetizam que, dentro de dois anos, o Brasil estará novamente produzindo café em grande quantidade provocando, por conseguinte, a superprodução.

É possível que isso aconteça, pela produção de outros Estados, porém no Espírito Santo, não ocorrerá por não ter o Estado mais condições para tal. Não existindo terras novas ou terras em mata para plantações futuras, só irão recuperar suas lavouras aqueles que tiverem condições financeiras e técnicas. Para isso porque, hoje em dia, não mais havendo matas a formoso ou restauração de cafezais é muito mais dispendioso. Tem de ser tratados dentro da técnica, com adubação, poda, inseticidas, etc., sendo assim, uma lavoura maior do que plantação extensiva sem técnica obedecendo apenas a rotina antiga porém em terras novas.

A outra preocupação do Presidente do IBC é a descapitalização da lavoura.

Acho que C. S.ª tem inteira razão porque assistimos a descapitalização completa da lavoura, em todos os Estados, notadamente no Espírito Santo, onde a produção per capita, conforme os últimos dados, caiu, de 51-55 para 226,90, de 56-60, chegando em 60.65, a 199,20.

Estou certo, embora não disponha de dados estatísticos do ano passado, a produção per capita deve ter baixado mais ainda. O próprio Governador do Estado já tem afirmado, várias vezes, que hoje, a produção per capita do Espírito Santo é a menor do Brasil, bem menor, inclusive, do que a da Alemanha.

Satemos, igualmente, que todo produto primário, ou seja, produto oriundo da lavoura ou extrativo, nos últimos anos tem caído de preço.

Os mercados internacionais tem forçado a baixa; das cotações das mercadorias primárias produzidas na lavoura ou as extrativas, inclusive de produtos nobres, como o café e o cacau.

Posso falar, com experiência própria, com referência ao cacau. Não sou plantador de café, mas planto cacau. Há cerca de 31 anos comeci a plantar e a trabalhar, em terrenos que eram mata e, portanto, venho acompanhando por interesse o assunto, principalmente o mercado caqueiro.

Há 12 anos aproximadamente vendíamos cacau ao preço de 60 cents a libra-peso. Há; três anos, esse preço ficou reduzido de 9 a 10 cents. Se alguns dos Srs. Senadores cuidarem da lavoura do cacau o pode confirmar. Foi preciso que o Governo Federal subvencionasse a produção caqueira para que não houvesse verdadeiro enclausamento ou debase, na Bahia, no Espírito Santo, onde há plantações de cacau. Atualmente, está em torno de 24 centavos a libra peso representando — é verdade — maior importância em cruzeiros do que aquela que recebíamos há 12 anos passados. Porém, se falarmos em termos de dólares, ainda estamos com preço muito menor do que o de há 12 anos.

Contudo, não só isso tem contribuído para a descapitalização da lavoura. Outros fatores concorrem especialmente, alguns que enclausuram.

Os produtos industrializados de que também os homens da lavoura precisam, desde roupa, ferramentas e máquinas, até sabão, inseticidas e tantos outros tiveram alta muito maior do que a correspondente aos produtos de lavoura.

Dou um exemplo: em 53 adquiri um trator Ford pelo preço de NCz\$ 2.200,00 ou dois milhões e duzentos mil cruzeiros velhos. Dois anos depois, este mesmo trator custava NCz\$ 3.000,00 (três milhões de cruzeiros antigos).

Atualmente, fui informado de que a mesma máquina já vai para os quinze milhões a mais. Se nós comprarmos os preços das mercadorias mais comuns, como enxais, pás, facas e outras, iremos sentir a elevação do preço na mesma proporção. Então, o lavrador que tem uma saca de milho ou de café com uma dezena de ferramentas, precisa de dez doze e quinze sacos para comprar a mesma ferramenta. Porém, ainda há mais, e isto corresponde às providências do Governo de 1964 a esta parte, criando, quase de um ato, uma série enorme de encargos para a lavoura dobrando ou triplicando os que já existiam. E eu, posso dizer, perante o Senado da República, que a situação, calcando meus informes na publicação que trouxe feita pela Federação de Agricultura do Estado de Rio de Janeiro.

São os seguintes: o ICM que varia entre Norte e Nordeste e Centro-Sul de 15% sobre o valor das mercadorias, a 18%.

Antigamente era o imposto de Vendas e Consignações que incidia também sobre os produtos agrícolas, mas, num valor muito menor, muito mais acessível, embora fosse em cascata, como chamam hoje os economistas.

Então, estabeleceram: 15% na zona centro-sul e 18% na norte e nordeste.

te, encarecendo de uma só vez a todos os produtos, inclusive para nossa manutenção.

Se nós imaginarmos em termos de quilos, ou de sacos, verificaremos que quem produz cem sacos de milho farinha, feijão, arroz ou qualquer outro terá que entregar ao fisco 18 sacos de milho ou 15, conforme a região. A carga é para desanimar.

A seguir, outro imposto que também os lavradores pagam, embora indiretamente: imposto sobre combustíveis; vem depois o INDA, com 1% sobre os salários.

O imposto territorial que é cobrado pelo INDA para ser pago ao IBRA; depois, a ELETROBRAS, imposto único sobre combustíveis; a previdência sobre consumo. O fundo rural na base de 1% sobre as vendas, seguro obrigatório, imposto cambial de café, mais precisamente, o confisco cambial de que falei, na base de 22 dólares e meio por saca de café, correspondendo no Espírito Santo a 64,62% do valor do produto. Ora produz e só no confisco, fora os outros impostos, ficar apenas com 35,32% de seu produto é muito duro.

Tem mais o Fundo de Recuperação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para quem paga imposto de renda além de mil e poucos reais.

Sobre o cacau há também o confisco cambial da ordem de 15%. Vem ainda outros mais: imposto de renda; percentagem variante e incerta do ICM sobre serviços e insumos indispensáveis e, por fim, as taxas municipais, o imposto sindical para mais e o imposto sindical das empregadas que é pago também pelo lavrador-proprietário, meeiros, ou que nome tenha.

Tudo isto, Sr. Presidente deve realmente estar preocupando não apenas o Sr. Presidente do IBC mas a todos aqueles que têm, neste País, responsabilidades pelo seu futuro, pela sua sobrevivência como Nação livre e soberana.

Muitas vezes me ponho a pensar que a continuarem as coisas como vão, sem que sejam tomadas as providências necessárias a fim de que possa o lavrador continuar trabalhando e produzindo para alimentar a nós outros, que moramos na cidade, chegaremos à situação de ter que importar para podermos sobreviver, para nos alimentarmos.

Ainda outros fatores concorrem não só para a descapitalização da lavoura, a meu ver, como para o êxodo rural. É que os trabalhadores nas cidades têm toda assistência, pelo menos teoricamente, e na prática, ela já vai sendo, realmente, muito bem montada em face do que tem o trabalhador rural, inclusive a parte habitacional.

Entendo que o homem que trabalha na cidade precisa, realmente, dessa assistência, mas, não podemos esquecer do interior, de dar assistência àqueles que vivem isolados, ficando contra as intempéries, contra os insetos, contra a polícia e contra o fisco, contra toda sorte de dificuldades, contra a chuva e contra o sol, sem meios de educar convenientemente os filhos, para uma vida melhor, sem assistência médica e social que se existe é precaríssima, repito, não podem continuar esquecidos, antes que seja tarde demais. Por tudo isso é que o homem do campo sente-se culpado a voltar sua atenção para as cidades, para as grandes capitais, onde seus parentes já procuraram abrigo, e são esses mesmos que vão buscá-los no interior e trazê-los para as cidades, formando-se, assim, uma população cada vez maior nas cidades, e cada vez menor no interior. E como resultado chegaremos a ponto de não termos nem alimentos para nós mesmos, cidadãos, por falta de quem os cultive. Os braços param de produzir alimentos, porém, as bocas continuam precisando deles.

Com estas considerações confesso minha esperança de que a conferên-

cia que está havendo hoje no Paraná, e que durará até o dia 6, encontre solução para os problemas não apenas do café, mas da lavoura, em geral, porque, praticamente, o lavrador do café mantém também lavouras de cereais, de capital importância. Só assim, é que poderemos amparando os homens do campo continuar vivendo nas cidades e assistindo ao progresso industrial do Brasil.

Ninguém se iluda, como dizia a mim um roceiro, há pouco tempo, que "saco vazio não fica em pé". Querida ele dizer, quem está com a barriga vazia, não pode trabalhar.

Os homens da lavoura são aqueles que nos dão esse alimento. Mas eles poderão desesperar pela falta de assistência como vem acontecendo com alguns. Mas, se o desânimo for coletivo, o que acontecerá?

Sr. Presidente, embora um discurso maçante como este...

O Sr. Mem de Sá — Não apoiado!

O SR. CARLOS LINDEMBERG — ... possa trazer certa ansiedade sei, estou certo de que todos os meus pares têm o mesmo pensamento que eu, desejosos, como estamos todos de servir aos nossos Estados, e servir ao Brasil.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Exª um aparte?

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Com prazer.

O Sr. Mem de Sá — Peço licença para discordar, pela primeira vez, de V. Exª. O discurso de V. Exª muito longe de ser cansativo, é extremamente interessante e, sobretudo, extremamente útil. V. Exª reiterou, como é preciso fazer constantemente, verdades duras, conhecidas e que precisam ser encaradas para a correção necessária. De modo que o discurso de Vossa Exª foi ouvido pelos que se acham presentes, neste plenário, com encanto. Não apartei V. Exª porque só poderia interrompê-lo para apoiar, o que estou fazendo agora.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Agradeço a V. Exª, Senador Mem de Sá, a honra que me concede sua intervenção. Mas, digo que as coisas muito repetidas tornam-se maçantes, cansativas. Com referência à lavoura do nosso País, nós, que nos interessamos por esses problemas, temos de continuar repetindo sempre, a é que as autoridades tomem providências nesse setor, a fim de que tenhamos alimentos para o povo brasileiro. Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exª se refere a medidas que são necessárias. Acredito que V. Exª deve ter ouvido, e os jornais todos estão publicando, que se pensa na isenção do ICM para a lavoura.

Se não me engano, quando Vossa Exª se referiu a este fato, talvez não o mais significativo, de qualquer maneira, representa uma contribuição das que V. Exª pretende para a lavoura do interior de nosso País.

O SR. CARLOS LINDEMBERG — Propositadamente, Sr. Senador José Guimard, não me refiro à isenção a que alude o nobre colega porque estava acompanhando a trajetória das discussões e, até hoje, a informação que obtive, é que se pretende isentar apenas os produtos nordestinos que sempre foram isentos, pelo menos, no Estado do Espírito Santo pretendendo-se excluir do ICM apenas estes produtos. O grosso da produção, ou seja, aquela de que mais dependem os brasileiros e a humanidade que são os cereais e a carne, estes continuarão com a incidência do ICM. Esta a informação que obtive ainda ontem. Não sou contra a cobrança de impostos. Sem eles não haveria progresso. Sou contra os exageros e a falta de assistência agraças que mais merecem.

Agradeço o aparte de V. Exª que é também interessado na solução do problema não só das necessidades de seu Estado como também as de nosso País. Muito obrigado a Vossa Exª (Muito bem! Muito bem!)

ERRATA

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, número 16, do Regimento Interno promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 92, DE 1967

Aposenta Martha dos Santos Crespo de Castro, Taquígrafa de Debates, PL-3 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentada, de acordo com o § 1º do art. 177, da Constituição Federal, combinado com os arts. 346 e 345, item II, da Resolução nº 6, de 1960, e o art. 1º da Resolução nº 16, de 1963, a Taquígrafa de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Martha dos Santos Crespo de Castro.

Senado Federal, em 28 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

(Republica-se, por ter saído com incorreções).

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, número 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 97, DE 1967

Concede aposentadoria a José Euvaldo Peixoto, Taquígrafa de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentado, de acordo com o § 1º do art. 177, da Constituição Federal, combinado com os arts. 346 e 345, item II, da Resolução nº 6, de 1960 e o art. 1º da Resolução nº 16, de 1963, o Taquígrafa de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Euvaldo Peixoto.

Senado Federal, em 30 de novembro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

(Republica-se, por ter saído com incorreções).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora, de acordo com o disposto no art. 139, item 1, alínea «d», da Resolução nº 6, de 1960, resolve designar Renê Nunes, Oficial da Ata, PL-3, para em substituição, exercer o cargo de Diretor da Ata, no impedimento de seu titular efetivo.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATOS DO 1º SECRETÁRIO

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições, de feriu o Requerimento DP-182-68, em que Antônio Magalhães Dias Filho, ex-servidor, solicita certidão de tempo de serviço prestado ao Senado como Auxiliar de Limpeza.

Secretaria do Senado Federal, em 4 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 45, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra «j», nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Vice-Líder do MDB, como Auxiliar, Carlos Alberto Villela Souto, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 4 de abril de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 46, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra «j», nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão do Polígono das Secas, os seguintes funcionários:

Secretário — Francisco Carneiro Nobre de Lacerda Neto, Auxiliar Legislativo, PL-9.

Continuo — Aníbal Lourdes Oliveira, Auxiliar de Portaria, PL-10.

Motorista — Djalma Perácio Cabral, Motorista, PL-9.

Secretaria do Senado Federal, em 4 de abril de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 48, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve designar nos termos do art. 222, da Resolução nº 6, de 1960, Aloisio Barbosa de Souza, Roberto Vel-

oso, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2 e Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito Administrativo encarregada de apurar as faltas ao serviço de Jorge Fontoura Macedo, Auxiliar de Portaria, PL-9.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de abril de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 47, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra «j», nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto no art. 6º da Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão do Polígono das Secas, como Auxiliares, Murilo Marroquim, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2 e José Correia Cabral, Tradutor, PL-5.

Secretaria do Senado Federal, em 4 de abril de 1968. — Dinarte Mariz, 1º Secretário.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 55, DE 3 DE ABRIL DE 1968

Republica-se por haver saído com incorreções.

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Pérola Cardoso Raulino, Oficial Bibliotecária, PL-4, para Chefe da Seção de Classificação e Catalogação da Diretoria da Biblioteca, a partir de 28 de março de 1968.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 58, DE 4 DE ABRIL DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Carlos Alberto Villela Souto, Auxiliar Legislativo, PL-10, da Diretoria da Assessoria Legislativa.

Secretaria do Senado Federal, em 4 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 59, DE 5 DE ABRIL DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Helena Brown Hadjinicolaou, Oficial Legislativo, PL-6, para, ter exercício na Diretoria do Expediente.

Secretaria do Senado Federal, em 5 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cássio Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Vilas (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA**TITULARES**

Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermirio
 Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247,
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Benedito Pacheco

MDB

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA**TITULARES**

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedito Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA**TITULARES**

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portia
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Avaro Maia
 Leão da Silveira
 Benedito Valladares
 Arnon de Mello
 João Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Branco — Ramal 247

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA**TITULARES**

Jose Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portia
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Vilas
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigfredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Avaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigfredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portia

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Siegfredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torre

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Melo Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA

TITULARES

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
Mário Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Eduardo Levy

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Eduardo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valadares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Benedito Valadares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
Mem de Sa
Ney Braga
Milton Campos
Moua Andrade
Fernando Corrêa
Arnon de Mello
José Cândido

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petronio Portela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Bezerra Nelo
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Auréli Vianna
Oscar Passos

Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.
Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Mello Braga

MDB

Arzeniro de Figueiredo
Sebastião Archer

Oscar Passos
Mário Martins

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Tórres
José Guimard

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Portela
Lobão da Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Lev.
Oscar Passos

Adalberto Senna
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.